

4. Sujeitos em cena: conflito e intervenção social empresarial

*Estender as redes. Formar uma grande rede de almas.
Ensinar e aprender a produzir e a ser cidadão.*
Revista Atitude⁸⁰

“O sonho nosso era nós construir uma família num lugar sossegado porque, quando nós chegamos pra cá, aqui era um lugar que tinha muita mata, era bom pra se trabalhar, a gente vivia assim uma vida sossegada tinha muita fartura”
(Justo Alencar da Silva, Pequiá de Baixo).

Com o material selecionado - os vídeos, sites do Ministério Público, dos movimentos sociais, Movimento dos Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Justiça nos Trilhos -, busquei construir uma cartografia dos conflitos a partir dos sistemas produtivos sul e norte da empresa, tendo como referência os programas e os projetos sociais desenvolvidos pela Fundação Vale ao longo destes trechos, e explicitada na introdução.

Foram selecionados 11 vídeos⁸¹ para nosso estudo: *Brasil 2020 I'M IN: TÔ DENTRO*⁸²; *Conceição Guarde nos Olhos*⁸³; *A Campanha a Vale é nossa!*⁸⁴; *Plebiscito Popular: A Vale é Nossa*⁸⁵, e *A Vale e a questão indígena*⁸⁶; *Os Pêssegos da Cornicha*⁸⁷; *O lucro vai, a sujeira fica*⁸⁸; *Pequiá: conflito com as siderúrgicas*⁸⁹; *Piquiá: Reconstruindo um sonho*⁹⁰; *A Busca pelo controle social das empresas em Barcarena/Pará*⁹¹; *Quanto Vale a Nossa Fé*⁹² (Anexo 1).

80) Revista Atitude. Rio de Janeiro: CVRD. N° 0, dezembro de 2003.

81) Dezoito filmes (18) foram identificados. Para nossa pesquisa utilizamos onze, pois os demais relacionavam-se com conflitos envolvendo os trabalhadores diretos e indiretos da empresa e nosso estudo tem como foco a atuação social da empresa extra-muros - *dirigidas ao meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade; governo e sociedade*, tal como exposto anteriormente.

82) http://www.youtube.com/watch?v=IN8M91IagNM&feature=response_watch

83) http://www.youtube.com/watch?v=kLxQjBsvQdo&feature=player_embedded

84) <http://www.youtube.com/watch?v=LM6oph1muCI&feature=related>

85) <http://www.youtube.com/watch?v=qBEK1Wup0dw&feature=related>

86) <http://www.youtube.com/watch?v=GfwlYZeVjF4>

87) <http://rederiodasvelhas.ning.com/video/os-pessegos-da-cornicha>.

88) <http://www.justicanostrilhos.org/nota/13>

89) <http://www.justicanostrilhos.org/nota/12>

90) <http://www.justicanostrilhos.org/nota/192>

91) http://www.youtube.com/watch?v=rxEEEmgi1yLY&feature=player_embedded

92) http://www.youtube.com/watch?v=tU0HH7fW2zk&feature=player_embedded

Segundo as características destacadas por Santoro⁹³, eles se enquadram no tipo documentário e são considerados vídeos populares. Quanto ao primeiro aspecto, significa dizer que os mesmos têm os objetivos das gravações previamente definidos, com roteiro de produção, aporte artístico, a fim de informar com maior força midiática. E os vídeos populares, ainda que não tenham sido produzidos pelos sujeitos diretamente envolvidos nas situações documentadas, são assim considerados, conforme destacado anteriormente, por serem produções e modos de atuação dos grupos de vídeo junto aos movimentos populares.

Os resultados deste percurso investigativo são apresentados a seguir, momento privilegiado em que os sujeitos em cena recuperam a sua voz, tornam-se visíveis na luta e na busca pela construção e garantia de sua cidadania.

4.1.

Os Quilombolas de Jambuaçu/PA: a luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania

A presença da Vale no Pará data dos anos 70, quando se tornou a maior acionista da Mineração Rio Norte e contava com capital estrangeiro, principalmente canadense, da Aluminium Limited of Canada (Alcan). Segundo Monteiro (apud Pereira 2008, p. 57), o primeiro embarque de bauxita do Pará para o Canadá foi em 1979 e, desde então, a empresa passou a ampliar a sua capacidade de instalação e extração. Hoje, sua capacidade anual de lavra é superior a 16 milhões de toneladas de bauxita.

O estado do Pará é considerado, atualmente, como uma das regiões mais ricas do planeta em recursos naturais e uma das “maiores províncias minerais do mundo”. O conflito entre os quilombolas de Jambuaçu e a Vale data de 2004, quando do início da instalação das tubulações do Projeto Bauxita Paragominas.

Por outro lado, o Pará é o estado do país em que mais assistimos aos conflitos travados no campo, ao mesmo tempo em que foi pioneiro na criação da

93) Vídeos populares conforme Santoro (1989, citado por Gonçalves e Renó, 2007, p.7-9).

norma que regulamenta o Art. 68: “aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo Estado emitir-lhes os respectivos títulos”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 5 de outubro de 1988, da Constituição Federal (Pereira, 2008).

Jambuaçu fica a 290 Km de Belém, próximo ao município de Moju e Igarapé- Mirim (Figura 1). As famílias vivem do cultivo da terra para consumo próprio, o extrativismo de frutas, a caça e a pesca e a produção de farinha para consumo e comercialização



Figura 8. Mapa da Região de Jambuaçu.

O território possui 12 comunidades auto-identificadas, num total de 600 famílias e representadas por 12 associações que receberam a titulação a partir da Constituição de 1988. Os descendentes de escravos ou remanescentes de quilombos tornam-se uma categoria a ser protegida como “patrimônio” da sociedade nacional. Esta comunidade quilombola se encontra nessas terras há mais de 120 anos e somente com a introdução do Artigo 68, do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, é que se tem início ao reconhecimento das comunidades e das identidades quilombolas com suas crenças, tradições, enfim, sua cultura inscrita em um território.

As terras em que se encontra a comunidade quilombola são ricas em caulim e bauxita. Várias negociações sem amparo jurídico com os grupos ali residentes foram feitas, que anteriormente eram considerados posseiros pelas empresas interessadas em explorar a área.

No processo de extração da riqueza do solo, os tubos foram instalados e passam ao lado ou atrás das casas, cortando as roças dos moradores. Já as torres de transmissão, por onde passa a energia necessária para que o minério corra nos tubos, em certos locais, não distam mais que cinco metros de casas. Segundo Mélo (apud Pereira, 2008) a instalação de uma linha de transmissão traz impactos tanto para os meios físico e biótico, como para o meio antrópico. Neste último, existem questões do ruído produzido pela transmissão e de possíveis efeitos cancerígenos que atualmente têm sido levantados pelos meios científicos.

Em 2007, eram dois minerodutos em funcionamento, um em construção e com previsão de mais quatro a serem construídos, todos fazendo parte do projeto que transporta matéria-prima e energia que alimentará a Alunorte, refinaria Ação Brasil-China e duas outras refinarias em Barcarena e Paragominas.

Para Pereira (2008), o conflito⁹⁴ identificado nas comunidades Santa Maria do Traquateuma, Nossa Senhora da Graças e São Benedito, Santa Luzia e Bom Jesus de Centro Ouro, em dezembro de 2006, foi o ápice de um conflito que teve início há mais tempo. Expressava a represália dos quilombolas com motivações nas negociações sobre os impactos sócio-ambientais do empreendimento da Vale que se arrastavam há três anos. Os quilombolas derrubaram uma torre de transmissão instalada pela Vale em seu território, as vias de acesso foram fechadas, e guaritas permanentes instaladas para impedir a entrada dos funcionários da empresa.

Outro aspecto motivador daquelas ações foi o descumprimento da Vale dos acordos firmados: a construção da Casa Familiar Rural, posto de saúde, a reconstrução da ponte que caiu e a recuperação de 33 km de estrada danificadas com o tráfego intensivo de transporte pesado, para a exploração das riquezas

94) Estas foram as comunidades onde a pesquisa desenvolvida por Pereira (2008) ocorreu.

minerais da região - caulim e bauxita. explorados, como fonte de riquezas; além disso, os quilombolas vêm a empresa Com a energia cortada, o transporte dos produtos não tinha saída e, portanto, não chegava à Barcarena, impedindo a fluxo daquela etapa da cadeia produtiva - beneficiamento e comercialização. Como analisou Pereira (2008), o conflito territorial se deve a perspectivas distintas sobre os recursos naturais de um espaço visto pelos quilombolas como território e, pela Vale, como uma área com recursos minerais para serem como invasora, causadora de descontinuidades que prejudicam o espaço natural e social onde se inscreve a territorialidade. Outro ponto de debate entre as partes é a definição dos limites de entrada e uso do território por parte da empresa, com momentos de fechamento total do território para os funcionários da Vale.

Quanto ao conflito socioambiental, temos que a extração dos recursos naturais exige: derrubada de árvores, revolver a terra, drenagem dos rios para a instalação dos equipamentos de extração e transporte do produto, impactando o meio ambiente (assoreamento de igarapés e escassez de peixes, morte de castanheiras e diversas árvores, contaminação do solo e da água com o vazamento do caulim, acidentes com os moradores, destruição de pontes e estrada, roubo de frutas pelos trabalhadores das empresas). Outro aspecto é a perda da capacidade de extrair do território os meios de sobrevivência, ocasionando os impactos sociais como: comprometimento das roças, do trabalho e da renda das famílias, as discórdias entre os moradores devido à distribuição desordenada de quantias de dinheiro, a destruição de áreas de lazer.

Diante da situação de conflito vivenciado pela comunidade de Jambuaçu, entidades como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – Fetagri, a Comissão Pastoral da Terra; Instituto de Terras do Pará – Iterpa, Universidade Federal do Pará, Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará – Cedenpa, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – Arqmo, Coordenação Estadual das Comunidades Negras do Pará – Malunga, buscaram apoiar, fazendo-se mediadores nos processos que envolviam a empresa e os quilombolas.

Paralelamente a esse conflito, encontramos os programas e projetos sociais atualmente desenvolvidos pela Fundação Vale na região do Pará: Escola que Vale, **Educação nos Trilhos**, **Vale Alfabetizar** e **Vale Juventude**. São

programas especialmente ligados à área da educação, mas com interface com a saúde e assistência social, mantendo parcerias com o poder público (secretarias de Estado e municipais de educação, saúde, assistência social), Conselhos de Direitos, Ong's, Instituições de Ensino Superior, SESI, etc. Operar profundas transformações na vida da população local, capacitar profissionais de saúde, educação e assistência social, contribuir para a redução do analfabetismo, promover o fluxo constante de novos alunos às salas de aula, desenvolvimento pessoal, social e produtivo de adolescentes e jovens tendo como eixo a educação afetivo-sexual e formação de agentes de desenvolvimento territorial são alguns dos objetivos dos quatro programas, expressos em seu sitio eletrônico.⁹⁵

A Vale vem atuando na região norte nos últimos 30 anos, da período da ditadura, passando pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, em que foi privatizada e passou a ter capital aberto e a incorporar empresas de diferentes países, chegando no Governo Lula como a segunda maior empresa de caráter transnacional do ramo da mineração e metais. Segundo Monteiro (apud Pereira, 2008, 57-58), embora exista um discurso que verse pela exploração dos potenciais endógenos em conformidade com as questões sociais regionais, o governo federal reforça lógicas de relacionamento entre o poder público e as empresas de mineração priorizando a ampliação do *superátiv primário*.

Do ponto de vista local, a CVRD é uma empresa que não associa o seu potencial tecnológico com programas de desenvolvimento local, e ainda contrata empresas terceirizadas que implementam tal tecnologia de maneira equivocada, causando impactos sociais e ambientais que poderiam ser minimizados com planejamento. De um ponto de vista crítico, a CVRD, enquanto um grupo de funcionários atuantes em Jambuaçu, exprime interesses de um modelo de desenvolvimento hegemônico efetivado de forma não-sustentável, que se utiliza de micro-técnicas advindas da tradição política brasileira coronelista para alcançar seus objetivos (PEREIRA, 2008, p.58).

95) Disponível em: www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoi=&print=1, acesso em 25/5/2009.

4.2.

Comunidades de Barcarena/PA: a busca por melhores condições de vida e trabalho

Barcarena é uma região do interior do Pará, localizada no Baixo Tocantins, e duas horas de barco a separa da capital Belém. O vídeo aqui utilizado foi **A Busca pelo controle social das empresas em Barcarena/Pará**. Ele foi produzido pela Norwegian Church Aid, Ibase, BNDES, IBP e Ford Foundation, com o principal objetivo de acompanhar, segundo informa representante da Igreja Norueguesa Pe. Bondevik, as atividades de empresas da Noruega instaladas no Brasil e que declaram ser empresas socialmente responsáveis.

De acordo com **Ciro Torres**⁹⁶, coordenador do Ibase, a Igreja Norueguesa procurou o Instituto para iniciar um trabalho de pesquisa e articulação com a sociedade local de Barcarena.

Barcarena é uma região de conflitos sociais e ambientais que ganhou destaque após a instalação do complexo do alumínio em 1985. Segundo dados do vídeo, o crescimento econômico trouxe problemas para as famílias tradicionais da região e para quem se mudou para lá, que vieram acreditando em emprego e melhorias de vida.

A origem dos conflitos data da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; paralelamente, nesta época, empresas receberam incentivos fiscais para se instalarem, como a Albrás e Alunorte, através da Vale e em parceria com empresas japonesas, segundo o Josimar Aleixo, consultor do Ibase.

Com a expansão das atividades produtivas, o meio ambiente sofreu impactos com prejuízos para as comunidades do entorno. As comunidades viviam da caça, pesca e agricultura,

“hoje, os igarapés, a água não presta [...] o rio está morto, não podem usar a pesca, não há acompanhamento, digamos, técnico de saúde para dizer o que pode e o que não pode dessa água” informa um dos moradores da região (Morador da região)⁹⁷.

96) Participou do vídeo através de uma visita de campo para conhecer de perto a realidade dos impactos sócio-ambientais da Alunorte (uma empresa parte brasileira e outra norueguesa).

97) http://www.youtube.com/watch?v=rxEEmgilYLY&feature=player_embedded

Outra moradora acrescenta:

Não sabia o que era comprar comida. Nem as caças aí do mato . . . a gente vê mais. Não tem. A gente tinha de tudo: era mandioca, macaxeira, batata, tudo a gente tinha. Mas com esse negócio, com isso aí a gente vai se desgostando de fazer porque não tem mais aquela influência da gente fazer (Martinha, Comunidade Boa Vista)⁹⁸.

O vídeo destaca que a cidade cresceu sob influxo da presença dessas empresas, na atração de mão de obra da Região Amazônica muito empobrecida, apesar de ser a segunda cidade - Barcarena - com maior orçamento do Pará. De 1991 a 2007, população passou de 46 mil para 84 mil habitantes, e na voz dessas pessoas o poder público e privado não cumpriram as promessas de qualificação profissional, habitação, saúde, emprego

“[...] devidamente o nosso povo não ser (sic) um povo profissionalizante, né . . . não é preparado, ele não tem um curso profissionalizante . . . hoje a juventude e os nossos maridos não têm emprego” (Conceição, Comunidade do Curuperê)⁹⁹.

“[...] o empreendimento, o progresso da maneira que tá vindo pra gente, é assustador. A gente, penso que ia ter mais um direito . . ., de desfrutar disso também, mas não, a gente percebe que não” (Cleide, Comunidade Acuí)¹⁰⁰.

Segundo o consultor do Ibase, Barcarena sofre os impactos sociais e ambientais dessas empresas e vem acumulando acidentes como: em 2003, os acidentes no rio Pará e no Rio Mucurupi; o aparecimento de fuligem negra na Vila do Conde, em 2004; a contaminação por soda cáustica do Rio Pará em 2005. Alguns geraram ajustes de conduta por parte da empresa, outros são negados por elas, mas confirmados pelas comunidades locais. O vazamento de caulim em 2007 foi o acidente de maior repercussão e atraiu a atenção da sociedade civil para o Distrito Industrial. Lideranças do Bairro Industrial e da Comunidade Boa Vista destacam o grande problema da água, conforme já mencionado anteriormente.

Representante do Sindicato de Barcarena declara que até a economia do local é prejudicada, pois a maioria dos trabalhadores das empresas é de fora,

98) http://www.youtube.com/watch?v=rxEEmgilYLY&feature=player_embedded

99) http://www.youtube.com/watch?v=rxEEmgilYLY&feature=player_embedded

100) http://www.youtube.com/watch?v=rxEEmgilYLY&feature=player_embedded

ficando os moradores das comunidades tradicionais sem acesso ao emprego e os que estão empregados fazem suas despesas, suas compras em Belém: “até a economia é prejudicada, pois eles gastam de Belém pra fora” (representante do Sindicato de Barcarena)¹⁰¹.

A questão da moradia é outro problema. As famílias que vieram em busca de trabalho não conseguem adquirir suas casas e muitas estão vivendo em terras ocupadas, e as famílias locais tiveram suas terras adquiridas pela empresa. Em janeiro de 2009, época da produção do vídeo, as famílias da Ocupação São José buscaram a liberação das terras. Já as famílias originárias aguardam as indenizações para saírem de suas propriedades.

O que se percebe com os depoimentos constantes no vídeo é o desejo da grande maioria da população – os nativos e os que foram em busca de emprego – de sair daquela região. Concluem que, até hoje, pouco ou quase nada foi feito pela população. O que eles tinham anteriormente como condição de vida e sobrevivência foi escasseando, restando muito pouco da vida que levavam e tendo que submeterem a uma outra lógica, mas sem as condições adequadas.

Nesta região, são desenvolvidos pela Fundação Vale os programas e projetos Vale Juventude, Escola que Vale, Voluntários Vale. Este último procura ao estimular uma cultura do voluntariado dentro da empresa, buscando incentivar uma postura socialmente responsável dos empregados com vista ao fortalecimento do diálogo social, contribuindo, como encontra-se explicitado em seu site, para o desenvolvimento das localidades em que a empresa atua. Este programa atua com redes locais, com cerca de cem Grupos de Ação e diversos voluntários individuais em todo país. Estes grupos formam a Rede de Voluntários da Vale¹⁰² e desde 2005 foi criado o Portal Voluntários Vale, com o objetivo de conectar mais de 1.200 pessoas, visando estimular a comunicação e o fomento de ações.

101) http://www.youtube.com/watch?v=rxEEmg1yLY&feature=player_embedded

102) Dias (2008) realizou estudo sobre o Programa Voluntários Vale em Vitória, cujo objetivo foi identificar as possibilidades e os limites da participação no voluntariado desenvolvido pela empresa; o compartilhamento da política e das diretrizes; a promoção da participação através dos encontros de voluntariado etc.

4.3. Trabalhadores Rurais dos Projetos de Assentamentos de Campos Altos e Tucumã/PA

Segundo dados obtidos nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁰³, desde 2003, na região dos Projetos de Assentamentos Campos Altos e Tucumã, criados pelo INCRA nos municípios de Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã, são identificados conflitos. Nesta época, a mineradora começou a implantar a infra-estrutura necessária para o lavradio do níquel na região sul do Pará, nos municípios acima citados, com exploração estimada de 30 a 40 anos, e ainda com a possibilidade de novas descobertas de jazidas.

Em 2008, os conflitos se intensificaram, especialmente, entre os trabalhadores rurais desses assentamentos e a Mineradora Onça Puma que pertence a Vale. São aproximadamente 3000 famílias envolvidas neste conflito, mas também a região vive uma série de problemas sociais e ambientais, “como a poluição de grotas e igarapés, com a conseqüente intoxicação e morte de animais; a construção irregular de barragens de contenção de rejeitos” (Disponível em: <http://www.cptpe.org.br>, acesso em 22/09/2008).

Com destaque nos noticiários do país¹⁰⁴, o conflito com os assentados inscreve-se num processo de compra de terras de trabalhadores contemplados pelo Programa de Reforma Agrária por parte da companhia. Foram adquiridos lotes de 83 famílias de um total de 500, que se localizam próximas as jazidas de níquel localizadas nas Serras Onça e Puma. Ainda segundo a referida fonte, após a compra dos lotes, as benfeitorias instaladas – casas, açudes, cercas, plantios de cacau – e financiadas pelo Fundo Nacional de Financiamento do Norte (FNO) foram destruídas e as famílias proibidas de permanecerem no local.

Diante da saída dessas famílias, a Comissão Pastoral da Terra, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Tucumã e Ourilândia do Norte, no Pará, e as Associações dos Projetos de Assentamento (PA) Campos Altos e Tucumã elaboraram documento e encaminharam requerimento em abril de 2008,

103) Estas informações encontram-se disponibilizadas no sítio eletrônico: <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1230>, acesso em 09/10/2008.

104) No dia 15 de abril de 2008 foram veiculadas no Jornal da Rede Globo de Televisão matéria referente a estes conflitos; www.cptpe.org.br.

solicitando ao secretário do Meio Ambiente do Pará a suspensão da licença ambiental concedida à Mineradora Onça Puma, bem como acionaram o Ministério Público Federal de Marabá contra a subsidiária da Vale.

Este conflito, entre os trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária e a Mineração Onça Puma, do grupo Vale, tornou-se público devido às organizações de defesa dos direitos humanos da região, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nos documentos encaminhados, constam as conseqüências que a atividade mineradora tem acarretado para a região, para a população de seu entorno, notadamente aquelas beneficiadas com a reforma agrária.

[...] a presença da mineradora tem trazido para os assentamentos: o convencimento de muitos assentados a venderem suas benfeitorias, desistindo, assim, do Programa de Reforma Agrária; as constantes explosões de dinamites que, ao que tudo indica, são responsáveis por rachaduras nas paredes das casas dos assentamentos; a diminuição da produção de leite (o fornecimento diário de leite dos assentamentos baixou de 15.000 litros , para menos de 5.000); o fechamento de duas escolas, dada a diminuição do número de alunos, com isso obrigando os alunos remanescentes a percorrer enormes distâncias para terem acesso ao ensino; destruição de pontes das estradas vicinais, por causa do tráfego de tratores e máquinas pesadas (Disponível em: <http://www.cptpe.org.br>, acesso em 22/09/2008).

O interesse da empresa na região é divulgado nos diversos meios de comunicação:

[...] a Vale do Rio Doce deu a partida para tocar seus projetos de produção de níquel no Brasil ao assinar contratos de fornecimento de serviços de infraestrutura para a obra da mina de Onça Puma. A jazida deverá produzir 55 mil toneladas de níquel ao ano quando estiver em plena operação, em 2009. Após a compra da Inco e do projeto Onça Puma, a Vale poderá se tornar a maior produtora de níquel do mundo, alcançando 300 mil toneladas por ano, ultrapassando a russa Norilsk, como prevê José Lancaster, diretor executivo de não-ferrosos da mineradora. Ontem, em comunicado, a Vale informou que já começou a contratar empresas nacionais, como a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), a Semenge, a Usimec e a Alusa, para dar início às obras de terraplanagem e civis, como estradas, além de estruturas metálicas e linhas de transmissão a serem instaladas na região de Onça Puma, cujos depósitos de níquel se estendem pelos municípios de Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Parauapebas PA. O investimento da mineradora em Onça Puma é de US\$ 1,43 bilhão (Jornal Valor Econômico de 18/01/2007).

Nos cinco anos de atividades da empresa na região, ela sofreu um enorme crescimento do fluxo migratório, com muitos trabalhadores se dirigindo à região em busca de trabalho e melhores condições de vida, além da chegada de 7 mil funcionários de empresas terceirizadas, segundo Suzuki (2009).

Em Ourilândia do Norte e Tucumã, encontramos no site da Fundação Vale programas sociais que são aí desenvolvidos. Em Tucumã, foi criada a Estação Conhecimento. Segundo destacado anteriormente, ela foi idealizada para o benefício de uma comunidade por meio de parcerias entre o poder público e entidades da sociedade civil tendo como foco prioritário crianças e jovens. Em Tucumã, vem se desenvolvendo ações de esporte com a criação de equipe de futebol, bem como de natação.

Outra frente de ação social é o programa Escola que Vale, que conta também com a Casa do Professor, cujo objetivo é o aprendizado permanente, a atualização e o aprimoramento dos educadores.

Durante um período de cinco anos, professores da 1ª série à 5ª série do Ensino Fundamental trabalham leitura, escrita e comunicação oral com seus alunos. Os projetos interdisciplinares ajudam as crianças a ler mais, escrever melhor e trabalhar em equipe, além de aprenderem a história de sua região, o que as faz conhecer e valorizar os personagens da cultura local. Além de professores e alunos, o programa envolve funcionários e técnicos das secretarias de Educação dos municípios, além de diretores e supervisores das escolas (Disponível em: www.escolaquevale.org.br, acesso em 15/05/2009)

Foi implantado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e, segundo consta no site, a referida instituição pública “tem as bases para expandir a metodologia de trabalho por toda a rede de ensino”, [pois] o trabalho do Escola que Vale relaciona-se de forma orgânica com as secretarias de Educação, [que juntas] operam transformações profundas no ensino público.”

4.4. Comunidades indígenas: preservação da terra e da cultura

No documentário *A Vale é Nossa*¹⁰⁵, produzido para divulgar e esclarecer a população sobre o plebiscito acerca da reestatização da Vale, que ocorreu entre 1º a 7 de setembro de 2007, a terceira parte aborda “a questão indígena e a Vale”. Representantes do Conselho Indigenista Missionário, do Ministério Público do Pará e outros apresentam um quadro sobre a atual situação.

Segundo dados obtidos no documentário, a companhia mantém contato com doze povos indígenas, sejam comunidades mais próximas das minas de extração dos recursos minerais, como é o caso dos Xikrins, como as que estão no caminho da Estrada de Ferro Carajás, como as comunidades dos Gaviões, Guajá e Guajajara. São noventa aldeias, com aproximadamente 12.500 pessoas, atingidas direta e indiretamente pelas atividades do sistema produtivo norte, ao longo da região do Pará e do Maranhão. Conforme é declarado no filme, a Estrada de Ferro é

“um canal para a infiltração de todo o tipo de invasores de toda ordem, trazendo doenças, violências, e se tornando uma frente de expansão do território nacional sobre as terras indígenas, tornando-se uma frente de invasão e violência” (Representante do CIMI)¹⁰⁶.

Conforme já mencionado no capítulo 3, o sistema produtivo norte da empresa Vale segue da produção de Carajás descendo até o Porto de Itaquí, no Maranhão, pela estrada de Ferro Carajás, que corta as terras dos Xikrin. Segundo informações obtidas no site¹⁰⁷, a empresa tem ciência que manter um bom relacionamento com as populações indígenas é importante para o sucesso das suas

105) Com os 10 anos da privatização da CVDR, com aproximadamente 107 ações judiciais questionando o leilão em que ela se tornou empresa privada, esse documentário contou com a participação das seguintes instituições: Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET); Agência Carta Maior; Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular (Cepepo); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Comissão da Pastoral da Terra Belém/Pará (CTP); Diocese de G São Paulo; Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; Movimento dos Sem Terra (MST); Mandato do Dep. Federal Ivan Valente PSOL/SP; Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação MG; Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de MG; Telsur Brasil; e outros.

106) <http://www.youtube.com/watch?v=GfwlYZeVjF4>

107) Os dados apresentados foram obtidos no site da empresa Vale, (Disponível em: <http://www.cvrdr.com.br/cvrdr/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=193>, acesso em 15 de abril de 2009.

atividades operacionais na área do Projeto Ferro Carajás¹⁰⁸. E, dentro desta atenção, destaca ainda que apóia as comunidades tanto no estado do Pará quanto no do Maranhão, com ações em diversas áreas como saúde, infra-estrutura, educação, demarcação de terras, proteção ambiental e vigilância, atingindo cerca de 17 mil índios.

Ainda de acordo com o sítio, a empresa apóia diretamente ações sociais com as comunidades indígenas Xikrin, Gavião e Sororó, no Pará, e no Maranhão com as comunidades Awá Guajá, Guajajara e Urubu Kaapor, perfazendo um total de 3.300 indígenas beneficiados¹⁰⁹.

Outros conflitos envolvendo comunidades indígenas e a empresa foram identificados: os Guajajara e a Estrada de Ferro Carajás, que cortou suas terras na região do Maranhão; e os Krenak, na região Minas Gerais, no município de Resplendor. Os conflitos com os Xikrins e os Krenak, foram escolhidos para o estudo por se localizarem um no sistema produtivo norte e o outro no sistema produtivo sul, dentro do objetivo de identificar conflitos ao longo dos dois sistemas.

108) Em 1967, na serra de Carajás, ao sul do Pará, foram descobertas jazidas ferríferas estimadas em 18 bilhões de toneladas, dando origem ao Projeto Ferro Carajás, que associava a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD -, detentora do direito de exploração das reservas, à United States Steel . Inaugurado em 1985, o Projeto Ferro Carajás incluía um complexo produtivo para extração, beneficiamento, transporte e embarque de minério de ferro que compreendia, ainda, a Estrada de Ferro Carajás e o terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Maranhão (Disponível em: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=899&query=advsearch&search_by_authname=all&search_by_field=tax&search_by_headline=false&search_by_keywords={}&search_by_priority=all&search_by_section=136&search_by_state=all&search_text_options=all&sid=136&text=&tpl=view_EXPO-galeria.htm, acesso em 15 de novembro de 2009).

109) Informações obtidas no endereço eletrônico: <http://www.cvrld.com.br/cvrld/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=193>, em 15/05/2008.

4.4.1.

Xikrins/PA: luta e resistência pelos direitos sociais

Os Xikrin ocupam as terras sudeste do Pará, região reconhecida hoje como a maior província de riquezas minerais do planeta, e estão situados no município de Marabá/PA, na Terra Indígena Cateté. Encontraram-se distribuídos, atualmente, em duas aldeias - Xikrin do Cateté e do Djudjêkô -, com população de 550 e 260 índios respectivamente. As aldeias estão localizadas na margem esquerda do rio Cateté, no sudeste do Pará, numa área de 439.150 hectares, contígua às florestas nacionais de Carajás, Tapirapé-Aquiri e do Itacaiúnas, cuja separação é feita pelos rios Itacaiúnas e Aquiri. Nesta região, a empresa tem unidades operacionais dentro do Projeto Ferro Carajás.

Os primeiros contatos com os Xikrins e os nacionais data de 1950 e, em 2007, a comunidade estava com cerca de 900 índios. Segundo dados obtidos¹¹⁰ no site da empresa Vale¹¹¹,

os primeiros contatos da Vale com os Xikrin foram no final da década de sessenta, quando a empresa ainda era uma estatal e iniciavam-se as pesquisas do ferro e manganês em Carajás.

A formalização da relação entre a empresa e os Xikrin ocorreu em 1982, através do Convênio 059/82 entre Vale e a FUNAI, cujo objetivo explicitado era o “de prestar assistência às comunidades indígenas localizadas numa faixa de 100 km de cada lado da Estrada de Ferro Carajás, como medida compensatória pelos impactos do projeto às comunidades”. Esta medida, àquela época, fazia parte de uma das condicionantes imposta pelo Banco Mundial para a liberação/participação do financiamento do Projeto. Segundo a mesma fonte acima informada, o Banco Mundial foi pressionado por um documento encaminhado pela Sociedade Brasileira de Indigenistas, sob a liderança do sertanista José Porfírio de Carvalho¹¹².

110) Disponível em: <http://www.cvrld.com.br/cvrd/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=193>, acesso em 12/12/2008.

111) Disponível em: <http://www.cvrld.com.br/cvrd/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=193>, acesso em 12/12/2008.

112) Indigenista José Porfírio Carvalho chefiou a Ajudância da Funai no Acre (AJACRE) e atualmente é responsável pelo Projeto nas terras Indígena Waimiri-Atroari com recurso da Eletronorte.

Identificamos dois conflitos entre a comunidade indígena Xikrin e a mineradora: um relacionado com a rodovia que corta o seu território e que serve de passagem para o transporte do produto da companhia; e outro diz respeito à reivindicação dos reajustes dos repasses de recursos feitos pela empresa.

Os conflitos se instalaram, especialmente, vinculados ao repasse de recursos da empresa aos índios. Em finais de 2006, cerca de 300 índios Xikrins ocuparam a mina de ferro da Vale em Carajás, reivindicando os repasses dos recursos. Segundo a Medida Cautelar¹¹³ (Anexo 2) dos procuradores da FUNAI Odilon Capucho Pontes de Souza e Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo, de 13 de novembro de 2006, a empresa tem “a concessão de direito real de uso resolúvel sob a forma de utilização gratuita de glebas situadas no entorno da área indígena XICRIN [...], condicionada ao amparo das populações indígenas” conforme a resolução 331 do Senado Federal, de 05 de dezembro de 1986,

Art. 3º A concessão do direito real de uso sobre a gleba referida nesta resolução é por tempo indeterminado e tem validade a partir da inscrição do ato concessivo que explicitará os direitos e deveres da concessionária, no registro de imóveis competentes, contendo cláusulas obrigacionais de :

[. . .]

e) amparo das populações indígenas existentes às proximidades da área concedida e na forma do que dispuser o convênio com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI ou quem suas vezes fizer.

De acordo com a legislação, a empresa deve prestar assistência à saúde, à educação, amparo protetório das terras indígenas, bem como assistência às atividades produtivas, o que foi feito através do convênio 453/89, assinado entre a Vale, a Funai e as comunidades Xikrin do Cateté e do Djudjekô.

113) O objeto da Medida Cautelar: Diagnóstico Etno-Ambiental da Comunidade Indígena Xikrin atingida pelo Programa Grande Carajás, de modo a possibilitar o conhecimento das peculiaridades daquela Comunidade na atualidade, bem como identificar tanto os danos decorrentes da relação CVRD X Comunidade Xikrin quanto os danos decorrentes do empreendimento, com o objetivo de se ter um paradigma para viabilizar a auto-sustentabilidade dos índios, através de um programa de gestão que implemente os objetivos do Convênio 453/89, ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – FUNAI, Marabá/Pará, 2006.

Em de 06 de março de 1997, ainda no governo de Fernando Henrique, o Decreto Presidencial autorizou, segundo a Medida Caulelar dos referidos procuradores da FUNAI, a concessão de direito real de uso resolúvel de uma gleba de terras do domínio da União adjacente a província mineral de Carajás, situada no município de Parauapebas, Estado do Pará, e estabeleceu:

Art 2º A concessão é realizada por tempo indeterminado, destinando-se a gleba à pesquisa, extração, beneficiamento, transporte e comercialização de recursos minerais, hídricos e florestais, constituindo obrigações da concessionária.

[. . .]

V – o amparo das populações indígenas existentes nas proximidades da área concedida, na forma do convênio realizado com a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, ou quem suas vezes fizer.

Anualmente eram firmados Termos de Compromisso a fim de renovar os repasses, o que vinha sendo cumprido pela CVDR. Em dezembro de 2005, a CVRD, à época da repactuação dos valores, informou às Comunidades Indígenas que somente iria repassar o valor do custeio. A justificativa para esta decisão unilateral, informada pela empresa, foi devido ao modelo de gestão, que não vinha atendendo as finalidades do Convênio. Na ocasião, a empresa propôs a criação de um comitê gestor para readequar o modelo de gestão com vistas a atender a finalidade do Convênio. Em maio de 2006, contrariando o que havia proposto, informou “que sua participação no atendimento às Comunidades indígenas era apenas complementar, e que a responsabilidade de atender os índios era do governo” (Medida Cautelar, 13/11/2006).

Outro aspecto ressaltado pela mineradora é que, segunda ela, todas as atividades sociais que desenvolve são de forma voluntária e reitera seu integral respeito à leis brasileiras e às orientações técnicas da Fundação Nacional do Índio. Nesta perspectiva, a empresa informa¹¹⁴ que criou o Projeto Nhiopkti, que tem o

114) Encontram-se ainda as seguintes informações no sítio eletrônico citado: O Plano de Manejo Florestal para a área da Comunidade Xikrin do Cateté é um dos mais importantes projetos de apoio às Comunidades Indígenas, por suas características pioneiras. Desenvolvido pelo ISA - Instituto Sócio-Ambiental -, conceituada Organização Não Governamental, o projeto pretende demonstrar uma alternativa sustentável de exploração das riquezas florestais, inibindo a prática de retirada predatória de madeira, em especial do mogno, que vinha sendo praticada por madeireiros, com autorização da própria comunidade Xikrin.

objetivo de criar atividades permanentes que gerem renda e autonomia para as mulheres da tribo Xikrin, que, por sua vez, vão auxiliar a comunidade na preservação da própria cultura e território (<http://www.cvrd.com.br/cvrd/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=193>, acesso disponível em 12/12/2008).

Diante do conflito que se instalou, o Ministério Público Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) ajuizaram ação civil pública contra a Vale para obrigar a empresa a compensar a população indígena Xikrin pelos impactos do programa Grande Carajás, em Parauapebas, no Pará. Esse processo teve o objetivo de definir, judicialmente, a origem e os contornos da responsabilidade da CVRD em relação a uma comunidade tradicional, diretamente impactada, conforme encontra-se destacado no site¹¹⁵ do Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República do Pará

Os procuradores da República, conforme se encontra expresso no sítio eletrônico Mercado Ético¹¹⁶, declararam que essa decisão pode ser um divisor de águas na afirmação de direitos indígenas em face de empreendimentos privados e pode embasar decisões semelhantes em outros processos.

Essa sentença rechaçou de uma vez por todas o velho discurso da empresa, de que o repasse dos valores para a comunidade indígena é mera liberalidade. Inverteu a imagem construída ao longo dos anos de que a Vale é benemerente com os índios. Na verdade, e a sentença demonstra isso, o dinheiro para os Xikrin é uma obrigação decorrente da lei (Procurador Marcelo Ferreira, Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/vale-e-condenada-a-recompensar-xikrins-pelo-uso-de-terras>, acesso em 12 de outubro de 2008).

Com o objetivo de ser uma fonte sustentável de recursos para a comunidade Xikrin, o plano utiliza as mais avançadas e consagradas técnicas de manejo dos recursos florestais, tais como: inventários pré-exploratórios, treinamento e colheita de baixo impacto, pressupondo a certificação sócio-ambiental da área florestal e da cadeia de custódia dos produtos, conforme os rigorosos princípios e critérios do FSC - Forest Stewardship Council - e está sendo implantado em uma área piloto de 44.000 ha, selecionada dentre os 439.000 ha que compõem a reserva indígena. Além do Plano de Manejo, a CVRD está iniciando com a comunidade Xikrin o Projeto Agrícola, que será desenvolvido e implementado pela empresa de fomento agrícola CAMPO, responsável por importantes projetos agrícolas brasileiros, e pela comunidade indígena, com recursos na ordem de U\$ 200 mil

115) Disponível em <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/indios-e-minorias/mpf-pa-quer-obrigar-cvrd-a-compensar-impactos-sobre-os-xikrins>, acesso em 22 de outubro de 2008.

116) Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/vale-e-condenada-a-recompensar-xikrins-pelo-uso-de-terras>, acesso em 12 de outubro de 2008.

Em Gordon (2008), temos que os impactos que o projeto da Vale causou na região são vários, complexos e de diversas ordens (econômico, social, político e cultural), mas também afirma que nem todos são necessariamente negativos. E que os impactos da atuação da Vale não se restringe apenas aos índios. Nos últimos 20 ou 30 anos, assevera o antropólogo, a implantação da estrutura de mineração e empresarial vem alternado a face da região, especialmente as cidades de Marabá e Parauapebas. E prossegue refletindo que a questão é saber se a presença da empresa irá gerar desenvolvimento com melhoria da qualidade de vida das populações locais, com atenção ao meio ambiente, bem como distribuição horizontal de benefícios (Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=284587>, acesso em 02 de novembro de 2009).

Quanto à atuação social da empresa na região, alguns programas são desenvolvidos como **Vale Alfabetizar, Escola que Vale, Vale Juventude**. Este programas ganham destaque à medida em que são implementados em parceria com o setor público, com as secretarias de saúde, educação, assistência social, Conselhos de Direitos e ONG's.

O programa Vale Alfabetizar, no período de 2000 a 2007, possibilitou a 101.348 pessoas concluírem o programa, e desde 2006 o Instituto Paulo Freire vem atuando na avaliação externa do mesmo. Já com o programa Escola que Vale, um total de 108.639 pessoas entre professores, diretores, coordenadores pedagógicos, coordenadores locais, produtores locais e alunos, no período de 2000 a 2008, foram atendidos e contou com a avaliação externa, desde 2003, do Instituto de Desenvolvimento Educacional Cultura e de Ação Comunitária - Ideca. Ainda conforme o dados da Fundação, em 2007, no ano de implantação do programa Vale Juventude no Pará, jovens entre 11 anos e 19 anos, pais e profissionais de saúde e assistência social, num total de 3.091 pessoas foram beneficiados pelo programa.

4.4.2. O Guapo e os Krenak/MG

Em 2005 lideranças Krenak, Tupinikim, Pataxó e Maxacali bloquearam o trecho da ferrovia Vitória-Minas (mapa a seguir), chamado de antiga estação Krenak, no município de Resplendor- MG.



Figura 9. Mapa do Sistema Sul da Ferrovia Vitória-Minas

Este conflito se inscreve no processo de construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE), cujas empresas Vale e Cemig formaram o consórcio responsável pelo empreendimento. Segundo o Relatório Técnico do CIMI¹¹⁷ de 1º de dezembro de 2005, este conflito se encontra no processo de invasão da terra Krenak ao longo das últimas décadas, mas

117) **O Conselho Indigenista Missionário** - Cimi - é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Impulsionados(as) por nossa fé no Evangelho da vida, justiça e solidariedade e frente às agressões do modelo neoliberal, decidimos intensificar a presença e apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados (as) dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativo, pluriétnico, popular, democrático (Disponível em: www.cimi.org.br, acesso em 30/09/2009).

é pouco noticiado e parece uma “caixa-preta” no estado, pela forma como o governo mineiro entregou as terras do estado às empresas de exploração mineral, de monocultura de eucalipto para fins de celulose, de pecuária extensiva e etc . . . expulsando os pequenos. Demorou muitos anos para que o povo Krenak conquistasse com muita luta parte do seu território tradicional, sendo que somente em 1997 conseguem a demarcação de 4.2000 hectares (RELATÓRIO TÉCNICO, CIMI, BH, 1/12/2005).

4.4.2.1.

Uma história de violência, resistência e fé

O conflito que teve como protagonistas a comunidade indígena Krenak, e, a Vale e a Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG), em 2005, se inscreve em uma história de luta pela sobrevivência de um povo que desde o período colonial¹¹⁸ sofreu os impactos negativos do contato com o homem branco. De acordo com o Laudo Antropológico Pericial Relativo à Carta de Ordem Nº 89.1782-0, oriunda do Supremo Tribunal Federal e relativo à área Krenak elaborado por Paraíso (1989), os Krenak receberam, anteriormente, denominações como Aimoré, Gren, Guerén ou Kren e Botocudo.

118) Encontram-se registros de conflitos envolvendo esse grupo no período em que a família imperial portuguesa se transferiu para o Brasil. Dom João VI declarou “Guerra Justa” em 13 de maio de 1808 contra eles, pois entendia que a resistência daqueles indígenas estava inviabilizando o desenvolvimento das regiões. Uma política de militarização e ocupação dos territórios dos Botocudos foi criada, mas que em última instância visava dizimar aquele povo. No século XIX, após esse período de guerra, com o objetivo de estabelecer comércio entre Minas e Espírito Santo e com o objetivo de pacificar os índios, são criados quartéis e destacamentos ao longo do Rio Doce sob o comando de Guido Marliére. Posteriormente, outra tentativa com os Missionários Capuchinhos, mas ambas fracassaram. A Companhia chefiada por Teófilo Otoni em 1853 adotou práticas e rotinas de guerra cruéis. Cães especialmente treinados na caça aos Botocudos, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados; bandeiras especialmente preparadas para "matar uma aldeia", assassinando-se indiscriminadamente homens, mulheres, velhos, moços, reservando-se apenas as crianças para o tráfico e alguns homens para carregadores; índios recrutados como soldados estimulados a cometerem violências contra os Botocudos, dando provas de renegar suas origens; comércio de crianças - 1Krenak valendo uma espingarda - e de cabeças de Botocudos mortos em combate - dezesseis delas foram vendidas a um francês que disse tê-las comprado para o museu de Paris em 1846; índios sob o regime de trabalho escravo, espoliados de suas terras, doentes e mal alimentados; contaminação proposital de comunidades inteiras através de agentes patogênicos letais para o indígena - sarampo, por exemplo. (Marcato, 1979:18 apud Mattos, 1996, p.71)

No século XIX, com o objetivo de estabelecer comércio entre Minas e Espírito Santo, e com o objetivo de pacificar os índios, são criados quartéis e destacamentos ao longo do Rio Doce sob o comando de Guido Marlière. Mas somente no século XX, a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, ocorreu efetivamente a ocupação do Vale do Rio Doce, e os conseqüentes conflitos territoriais entre os Krenak e os Kráis (homem branco) se intensificaram, com a redução ainda maior deste povo.

Segundo o Laudo Antropológico, várias são as referências¹¹⁹ sobre a ocupação dos Krenak nas barras dos municípios de Aimorés e Resplendor, e que até o ano de 1920 viviam em grande quantidade. O próprio engenheiro responsável pelo traçado da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1905, afirmava a existência dos Krenak, ao se referir ao trecho do rio Eme (afluente da margem esquerda do rio Doce): “da outra banda do rio, de há muito, a maloca dos Crenaques vinha nos espreitando . . .” (Almeida, apud Paraíso, 1989, p. 10).

No período entre 1905 a 1909, os índios resistem à construção do “Guapo” - nome dado pelos índios a Maria-Fumaça que designava “monstro que vomita fogo”. À noite, faziam expedições para arrancar os trilhos e, colocavam pedras sobre os mesmos, a fim de impedir a passagem da máquina. Os conflitos nessa época com os Krenak foram se ampliando, visto a diversidade de trabalhadores que passaram a transitar e também a habitar a região. Na região, se instalaram agricultores, pecuaristas, madeireiros, exploradores de pedra e, ao longo da construção da ferrovia, lugarejos e, vilas foram surgindo.

Guimarães e Paraíso (1989, p. 3) afirmam que, até 1910, os Krenak estavam numa área onde vários subgrupos Borum resistiam às pressões e provocavam preocupações ao governo de Minas Gerais. Preocupações estas contidas nos relatórios e que indicavam a necessidade de se estabelecer contato com os índios de Natividade (Aimorés), Cuieté, Itueta e Manhassú e de se criar um Posto de Atração. O objetivo era também aldear estes grupos que eram vistos como uma ameaça aos projetos de instalação de colônias para trabalhadores nacionais e estrangeiros, principalmente alemães e italianos que não haviam dado certo na região serrana do Espírito Santo. Para realizar esta tarefa o Pe. André Colli foi indicado, mas sem obter sucesso. Com o avançar da construção da

119) Ollian, 1965; Caldas, 1918; Estigarribia, 1920; Lima, 1923.

ferrovia, a questão tornava-se mais complexa, e para tanto foi criada a Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em Minas Gerais, em 1910, na cidade de Teófilo Otoni (Prates apud Guimarães e Paraíso, 1989).

Em 1913 foi instalado o Posto de Atração, ocorrendo os primeiros contatos com os indígenas nas matas de Resplendor, onde viviam 120 Krenak. Nesta época, o grupo se subdividia em três lideranças: o grupo liderado pelo filho de Krenak, Muin, e que mantinha contatos regulares com a administração do SPI, inclusive escolhendo o local onde deveria ser instalada a sede provisória do Posto Indígena; o grupo liderado por Krenak, que por estar doente e velho não saía da Aldeia Bonita, mas recebia com tranquilidade as visitas dos funcionários do SPI; e o grupo liderado por Orimã, que se recusava a manter qualquer contato.

Nesta fase, a demarcação das terras da Colônia Bueno Brandão, área vizinha aos Krenak, destinada aos trabalhadores nacionais, estava sendo feita e um clima de grave ameaça de choque se configurava. Buscando resolver essa questão, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) tentou transferir os indígenas para o Posto Indígena de Pancas no Espírito Santo, o que foi recusado e exigido novas negociações com o governo de Minas Gerais. Com as negociações reabertas, antes mesmo de se processar a doação das terras devolutas em torno do Rio Eme, o estado iniciou a sua demarcação de 2.000 ha. Mas em 1918 é que se iniciou o trabalho de demarcação, sendo concluída após muitas negociações.

Guimarães e Paraíso (1989) destacam que apenas três aldeias foram incluídas nesta demarcação: a barra do Eme, a da praia da Gata e a Quatiquatí. Em 1920, a Assembléia Legislativa do Estado e o governo de Minas fizeram a doação definitiva da área, tendo-se incluído mais 2.000 ha, a fim de incluir outras aldeias, mas ficando de fora a Aldeia de Bonita (Quijeme-Brek). No decreto, ficava explícito que a reserva se destinava principalmente para os Krenak e Pojixá. Paralelamente à doação das terras, o SPI iniciou no ano seguinte os arrendamentos para os trabalhadores nacionais que eram em número de quatro. Para permanecerem nesta área, cabia a esses trabalhadores o pagamento de taxas devidas ao arrendamento e que eram pagas “in natura”. Justificavam o pagamento dessa forma haja vista a situação dos indígenas: eram nômades e praticavam uma agricultura incipiente.

A relação entre os arrendatários e os Krenak era supervisionada pelo SPI e, no princípio, com um número reduzido de trabalhadores rurais (quatro), as suas ações podiam ser controladas, o que com o passar do tempo se tornou impossível. Com o incidente em 1923, “o massacre de Cuparaque”, em que nove índios são assassinados pelos colonos da Bueno Brandão, o estado se viu novamente na situação de realizar novas demarcações, e num território que já se encontrava com 70 colonos. A situação foi agravada quando se descobre o planejamento de um segundo massacre. Novas demarcações foram feitas, mas os efeitos sobre os índios intensificaram a desarticulação do grupo, com muitos se refugiando em outras aldeias, e buscando a proteção do SPI, além de persistirem as pressões dos arrendatários e a má administração do Posto.

Com a descoberta de uma mina de mica no centro da reserva, em 1956, um novo movimento por parte dos arrendatários surgiu sob o comando de um capitão-reformado do Exército - Capitão Arlindo. Interessado na exploração do mineral, buscou movimentar os arrendatários com vistas à reversão da doação da área Krenak e a titulação pelo Estado de Minas Gerais das terras que eles ocupavam. Neste mesmo ano, a Ajudância Minas-Bahia passou ao domínio da Polícia Florestal de Minas Gerais. Ocorre, ainda, a militarização nas aldeias com a criação da Guarda Rural Indígena – GRIN. Numa negociata entre o SPI e a Polícia Florestal de Minas, a área passou a ser destinada à criação do Horto Florestal do Rio Doce.

Os índios foram transferidos para o Posto Indígena de Maxacali, no norte do estado, e os reдеiros permaneceram e passaram a pagar as taxas para a prefeitura de Resplendor. O processo de transferência dos indígenas foi feito num clima de tensão seguido de caos, quando, ainda em suas terras, em Resplendor, um atentado a bomba contra a casa do chefe do Posto Indígena ocorreu. Em meio a esse tumulto, os soldados da Polícia Florestal, usando da força, colocaram os índios e seus pertences em caminhões e os abandonaram na cidade de Maxacali, a 30 km do Posto Indígena. Três índios resistiram à transferência e se esconderam nas matas e ilhas do Rio Doce. Somente após dois dias da chegada à cidade, os Krenak, ao relento e sem destino, foram recolhidos pelo chefe do Posto, que sequer foi informado da chegada dos Krenak e os acomodou em área Maxacali.

Os Krenak permaneceram aí até 1958, sob péssimas condições de vida: muitos morreram de fome e febre, e as tensões entre os Maxacali eram constantes.

Em 1959, um grupo retorna a pé até a Estação de Trem de Governador Valadares, e de trem chegam até as suas terras, passando a conviver com a Polícia Florestal. Outros índios se dispersaram no mundo e não conseguiram chegar a Resplendor. Outro grupo vai para o Posto Indígena de Vanuíre, em São Paulo. Neste período, até a chegada do inspetor do SPI na área, em 1966, nenhum investimento ou assistência aos índios foi prestado, tendo ele encontrado os índios, suas casas e a administração, em situação muito precária.

Um convênio entre a FUNAI e a Polícia Militar de Minas Gerais é firmado, e para a direção da Aldeia dos Krenak é deslocado o Capitão Manuel Pinheiro (antigo diretor do Horto). O Posto Indígena Guido Marlière é transformado em Reformatório Agrícola Indígena, em 1967, para “reeducação para os índios”. Este projeto foi idealizado pelo Capitão Manuel, dois anos após a criação da GRIN, cujo papel era agir como agente repressivo nas comunidades indígenas que resistiam ceder aos interesses da sociedade nacional. Em reportagem do Jornal do Brasil, datada de 27 de agosto de 1972 o Capitão afirmava

“a GRIN veio para resolver um problema de segurança nacional”, [e prosseguiu afirmando] “sim o índio é um fator de segurança nacional, pois quando ele se revolta cria desordem, subversão e deste modo é preso pela GRIN, é enviado à Krenak para reeducar e ser um índio bom.”

A área destinada, anteriormente, em 1920, aos Krenak, passou a receber vários índios de diferentes grupos. Em 1969, vinte índios Guarani da cidade de Parati/RJ foram levados para as terras Krenak. Os Krenak foram obrigados a uma convivência forçada com prisioneiros, muitos foram inclusive aproveitados como trabalhadores rurais. Nos anos de 1969 e 1970, a pressão dos fazendeiros aumenta. Estes receberam apoio da imprensa e deputados estaduais, tendo em vista a ação ingressada pela FUNAI para a reintegração de posse aos Krenak, ganha em 21 de março de 1971.

Os fazendeiros, de acordo com as determinações judiciais, tinham quinze dias para se retirarem das terras Krenak, mas com a interveniência do governo

solicitando à FUNAI a ampliação do prazo para a saída dos fazendeiros, uma negociação, paralelamente, se estabeleceu. Contrariando aquela sentença, aconteceu a transferência dos Krenak para a Fazenda Guarani, pertencente à Polícia Militar, e também ocupada por grande número de rendeiros e posseiros, como resultado daquela negociata.

Nos arquivos do Conselho Indigenista Missionário, encontramos informações nos jornais da época que registraram a transferência dos Krenak para a Fazenda Guarani em Carmésia, num clima de revolta e terror. Os índios que resistiram a esta transferência foram algemados, presos em solidárias, enquanto os demais foram levados sob a ameaça de terem o mesmo tratamento caso também resistissem. Até Governador Valadares, foram levados de trem, e de lá até Carmésia foram postos em caminhões, juntamente com os seus pertences.

A sede indígena abandonada passou a ser ocupada pelo filho de um dos arrendatários. Com o falecimento deste, as terras foram arrendadas pela Ruralminas¹²⁰ ao Patronato São Vicente de Paula, na cidade de Resplendor, que ali instalou um orfanato. Nesta época, todos os fazendeiros que ocupavam essa área receberam os títulos das terras através da Ruralminas, órgão encarregado no estado para administrar as questões fundiárias.

A situação dos Krenak na Fazenda Guarani se agravava com grande insatisfação devido às péssimas condições de vida. A atividade de pesca era insuficiente, o clima frio, havia falta de argila para a confecção de suas cerâmicas, o solo se encontrava esgotado e sem condições adequadas para o cultivo de seus alimentos. Outra dificuldade era a convivência forçada com índios de outros subgrupos - Guarani, Pataxó. O desânimo se abateu sobre os Krenak, que só falavam em voltar às suas terras imemorais, e que não iriam ficar ali de forma alguma (Guimarães e Paraíso, 1989, p 10).

Um ponto há que se destacar: a FUNAI não transferiu a terra Krenak para o Estado de Minas Gerais, mas extinguiu em 1974 o Posto Indígena Guido Marlière. Segundo Guimarães e Paraíso (1989), talvez isto se deva ao reconhecimento, por parte da FUNAI, já naquela época, da inconstitucionalidade da transferência dos índios para a Fazenda Guarani.

120) Fundação Rural Mineira - Ruralminas - foi criada em 21 de novembro de 1966 com a finalidade de implantar uma reforma agrária e dar apoio técnico, administrativo e jurídico aos posseiros de baixa renda.

Na década de oitenta, com apoio do Grupo de Estudos da Questão Indígena (CREQUI) e do CIMI, vinte e um Krenak retornam às suas terras depois de esgotadas todas as negociações com a FUNAI. Eles se instalaram em uma pequena área de 68,25 há, ocupada pelo Patronato até 1978¹²¹.

Em 1983, a FUNAI entrou com uma ação de anulação dos títulos - Ação Ordinária de Anulação de Títulos -, que foi ganha em 1993. Somente em 1996 o Supremo Tribunal Federal determinou a retirada dos posseiros e a ocupação imediata dos índios. Os produtores entraram com ação pedindo prazo para a desocupação da área, mas em 10 de março de 1997 o STF indefere a ação dos produtores e determina a ocupação imediata dos 3.983 hectares de terras pelos índios.

Após a reintegração de posse, e às vésperas da privatização da CVDR, os Krenak reiniciaram a ocupação legítima de suas terras e a reconstrução de sua cultura, até que, em 2005, novo conflito ocorreu.

4.4.2.2. Não é só o Guapo, tem a Hidrelétrica

Conforme destacado no item anterior, as terras Krenak são cortadas pela linha férrea Vitória- Minas, de controle da Vale para o transporte de minério, fazendo parte do sistema produtivo sul e também é usada para o transporte de passageiros de Belo Horizonte até Vitória. Em 2005, as lideranças de quatro povos indígenas - Krenak, Pataxó, Maxacali de Minas Gerais, Tupimiquim e Guarani do Espírito Santo -, por meio de uma ação articulada e acreditando ser a única forma de chamar atenção para a situação de nova ameaça do povo Krenak, bloquearam a ferrovia.

Nos últimos anos o nosso povo está sofrendo os problemas causados pela Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE). Estudos comprovaram vários impactos negativos para o nosso povo e a nossa terra, mas o consórcio construtor da usina (CVRD e

121) Em 1978 uma grande enchente do rio Doce deu imenso prejuízo ao Patronato São Vicente de Paula, tendo se retirado do local.

CEMIG) rompeu o diálogo com a nossa comunidade, suspendendo as discussões sobre as compensações e indenizações devidas. Diante de tudo isso, decidimos fechar a Estrada de Ferro Vitória-Minas até que as nossas reivindicações [. . .], sejam atendidas (COMUNICADO DO POVO KRENAK, Associação Indígena Krenak, 01/12/2005)

A grande preocupação dos indígenas era a instalação da Hidrelétrica Aimoré, que já se encontrava em estado avançado na construção da barragem. Muitos estudos, segundo o Relatório Técnico do CIMI, demonstravam o grau de impactos a atingir não somente os indígenas, como também os ribeirinhos, a população do município de Itueta, Resplendor e Aimorés. Mas, no Comunicado da Associação Indígena Krenak, encontra-se também relacionado ao bloqueio da Estrada de Ferro a presença da CVRD nas terras Krenak.

A Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - foi e continua sendo uma das grandes responsáveis pelo nosso sofrimento. A construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no início do século passado, propiciou a entrada maciça e desordenada de trabalhadores e fazendeiros na região. As conseqüências foram o rápido desmatamento, a invasão das nossas terras, e, conseqüentemente, perseguições e morte de famílias inteiras, quase levando ao genocídio e etnocídio do nosso povo. Além disso, a extração ininterrupta do minério de ferro, por várias décadas, têm provocado a poluição e a degradação do Rio Doce, reduzindo a pesca e trazendo doenças para nós e toda a população do Vale do Rio Doce (COMUNICADO DO POVO KRENAK, Associação Indígena Krenak, 01/12/2005)

A usina, construída no Rio Doce em consórcio com a CEMIG e a CVRD, inundou uma área de 33 km², na região do leste de Minas. Tem capacidade prevista de geração de 330 MW, suficiente para abastecer cinco cidades de 400 mil habitantes e com um investimento de 650 milhões, cabendo a cada município atingido o direito de 6,75 % do valor das receitas com a geração de energia, a título de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Os recursos são destinados a investimentos em educação, saúde e segurança (Relatório Técnico do CIMI, 1/12/2005).

Os indígenas, diante do descaso e “ao tratamento de desprezo que as empresas dispensam aos segmentos que serão impactados”, se organizaram e paralizaram as atividades da empresa, reivindicando, “por direito constitucional, a demarcação de todo o seu território tradicional, incluindo o parque estadual Sete Salões” (Relatório do CIMI, 1/12/2005). Sete Salões é uma região das terras

Krenak e que se localizam dentro do Parque Estadual, que na reintegração de posse de 1997 ficou fora dos 3.983 hectares ocupados pelos indígenas. É considerada pelos nativos como área sagrada e destinada aos cultos e rituais de seu povo, reivindicando-na como terra indígena.

Nos documentos consultados no CIMI, as reivindicações do povo Krenak eram:

que a FUNAI constitua imediatamente um Grupo Técnico (GT) para a identificação do Sete Salões como Terra Indígena Krenak; que o consórcio da UHE Aimorés retome imediatamente o diálogo com a nossa comunidade com o objetivo de definir as compensações e indenizações devidas; que seja iniciado o diálogo entre a CVRD e nossa comunidade para entendimentos quanto aos impactos causados pela construção da ferrovia.

A Equipe Itinerante do CIMI esteve presente durante as 36 horas de ocupação da ferrovia. Diante da situação, uma delegada da Polícia Federal foi enviada ao local, convidando as lideranças indígenas para, em Resplendor, conversarem com os responsáveis das empresas. Lá chegando, não foram sequer recebidos, somente informados de que só negociariam com eles após a desocupação da ferrovia. Indignados com o tratamento, radicalizaram a ação e, no dia seguinte da ocupação, em dois de dezembro, desnivelaram os trilhos da ferrovia que já contavam com quase um km de ocupação. Com o clima tenso instalado, D. Luciano Mendes de Almeida - Arcebispo de Mariana, e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, é chamado a mediar a situação, o que foi bem aceito pelas lideranças e as empresas. No mesmo dia do agravamento da situação, na parte da tarde, uma reunião foi realizada com a presença da comunidade Krenak, um diretor da companhia, D. Luciano Mendes, um representante da Cemig, o cacique tupiniquim, CIMI, e FASE, concluindo-se alguns acordos, e deliberando-se encaminhamentos, o que gerou uma ata. Esta foi lida e aprovada pela comunidade que, então, determinou a liberação da ferrovia por volta das 18 horas do dia dois de dezembro do corrente ano.

A ação das comunidades indígenas provocou uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, nº 2006.38.13.0096.76-0, em que o MPF e a FUNAI contra o Consórcio UHE – Aimorés, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Hidrelétrica de Minas Gerais – CEMIG. FUNAI e MPF alegaram que

foram ignorados os direitos e interesses do povo Krenak localizado na área da construção da barragem, pelas empresas envolvidas no empreendimento.

Em 2008, um acordo amigável foi pactuado e as empresas foram obrigadas a indenizar¹²² (Anexo 3) os índios Krenak por danos morais coletivos pela construção da hidrelétrica e implementar medidas mitigadoras e compensatórias. Segundo consta nos documentos do Ministério Público Federal

O Povo Indígena Krenak foi excluído de participação nas discussões necessárias à concepção e implementação da citada usina hidrelétrica, o que deveria ser feito nos estritos termos das normas ambientais que regem o processo de licenciamento ambiental (Disponível em: http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/acao-civil-publiva/docs_classificacao_tematica/TAC_firmado_na_ACP_CEMIG.pdf, acesso em 15 de dezembro de 2009).

No Ofício nº 521/2008 – MPF/PRM-GV/GAB/LCJ, encaminhado pelo Procurador da República à Subprocuradora Geral da República, com vistas a comunicar a assinatura e homologação judicial daquela Ação Civil Pública, ele reconhece que o acordo, mesmo não sendo ideal, pois não contemplou de maneira satisfatória ações destinadas à completa recuperação ambiental da área, “foi um acordo possível frente às condições de negociação: longa e desgastante.”

Desta forma, os indígenas obtiveram o seguinte resultado da proposição da ação civil pública: “a título de reparação pelos danos morais coletivos causados aos Krenak, a implantação de um projeto de pecuária e de ações sociais, permeado pela concessão de apoio pecuniário [...]” (http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/acao-civil-publiva/docs_classificacao_tematica/TAC_firmado_na_ACP_CEMIG.pdf, acesso em 15 de dezembro de 2009).

No documento consultado, destaca-se que os índios Krenak optaram pelo projeto pecuário, jamais abrindo mão de reparação mensal da pecúnia, o que ocasionou em certa medida o não direcionamento do acordo para a recuperação ambiental total da área. Outro aspecto correlato a este, é que

¹²²Disponível em: http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/acao-civil-publiva/docs_classificacao_tematica/TAC_firmado_na_ACP_CEMIG.pdf, acesso em 15 de dezembro de 2009.

conforme consta nos autos, não há demonstração de impactos diretos ou indiretos causados pela implantação da UHE de Aimorés sobre a flora ou o solo da terra indígena Krenak. A degradação ambiental da área poderia ser imputada à implantação da estrada de ferro Vitória-Minas. Ocorre que, por ser a Vale responsável por ambos os empreendimentos, os índios costumam relacionar muito os danos causados ao longo de décadas pela referida companhia com a implantação da UHE de Aimorés. Contudo, essa relação feita pelos índios não é suficiente para responsabilizar a Vale, no bojo da ação civil pública em comento, por todos os danos ambientais causados ao longo dos anos sobre na terra indígena. (http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/acao-civil-publica/docs_classificacao_tematica/TAC_firmado_na_ACP_CEMIG.pdf, acesso em 15 de dezembro de 2009).

Neste sentido, os danos ambientais à flora e ao solo pela implantação da estrada de Ferro não foram o objeto da ação civil pública. Fora os danos morais causados pela implantação da UHE de Aimorés, tendo as empresas que indenizar os Krenak o valor de mais de 11 milhões, além de aplicar valores “na implementação de projetos que garantam a auto sustentabilidade das cem famílias Krenak atingidas pela construção, além de um projeto de preservação ambiental das 54 nascentes existentes na terra indígena.”

Atualmente a Vale financia projetos sociais e ambientais na região, conforme informação obtida com a liderança Krenak, como também através da Fundação Vale é desenvolvido o programa: Novas Alianças em Aymorés e Resplendor.

4.5. Comunidade de Açailândia/Maranhão

Açailândia é um município do interior do Maranhão, e uma cidade estratégica para a Estrada de Ferro Carajás. É neste trecho que se junta a Ferrovia Norte-Sul, formando o maior entroncamento rodo-ferroviário do Norte e Nordeste do Brasil. É localizada na micro região 052 do sudoeste do Maranhão, também chamada de Região Tocantina, com distância da capital do estado, São Luis, de 550 km, e privilegiado posicionamento geográfico. Neste município, se dá também o entroncamento da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) com a BR-222, que vai de Fortaleza/CE a Marabá/PA.

Segundo informações obtidas no site Justiça nos Trilhos, a população de Açailândia (MA) tem sido em sua grande maioria vítima de várias formas de degradação do meio-ambiente. Entre todos os municípios cortados pela EFC¹²³, Açailândia constitui-se em um caso bastante emblemático. O município condensa em uma só área vários tipos de situações que comprometem o bem-estar da população - mineração, desflorestamento, monocultura de eucalipto, poluição provocada pelas siderúrgicas e carvoarias, trabalho escravo, miséria, desnutrição, exploração sexual infantil. Trata-se de um contexto expressivo de toda uma região (Carajás) onde os problemas são muito parecidos (Disponível em: www.justicanostrilhos.org.br, acesso em 15 de julho de 2009).

Na Figura 10, pode-se observar a confluência das atividades do sistema norte para a região de Açailândia com destino aos portos.

123) Araújo (2009) realizou pesquisa “Vida nos Trilhos”, no município de Alto Alegre do Pindaré/MA, localizado a 219 km de São Luis, em 2008 entre abril e dezembro com a população de 12 povoados (Timbira do Eduardo, Boa Vista, Alto da Caixa D’Água, Morada Nova, Três Bocas, Auzilândia, Bacuri, Marmorana, Arapapá, Mineirinho, Altamira e sede do município de Alto Alegre do Pindaré, onde foram priorizados os bairros mais próximos da EFC: Caixa D’Água, Bairro Novo, Trizidela, Mutirão e Vila Fufuca) mais próximos a ferrovia um total de 328 questionários aplicados com os chefes de família. Um dos aspectos identificados que interferiu na vida da população dos povoados em seu cotidiano e na sua organização social foi a operação da EFC; todos os povoados pesquisados tiveram suas terras cortadas pela ferrovia; e existem casas muito próximas à ferrovia com riscos para os moradores. Dos 328 entrevistados, 130 identificam problemas decorrentes da EFC sendo as seguintes questões destacadas: 35% acidentes, 19% mortes de pessoas, 14% barulho, 9% mortes de animais, 7% poluição, 6% insegurança, 2% o corte da estrada pela ferrovia, 2% rachaduras nas paredes.

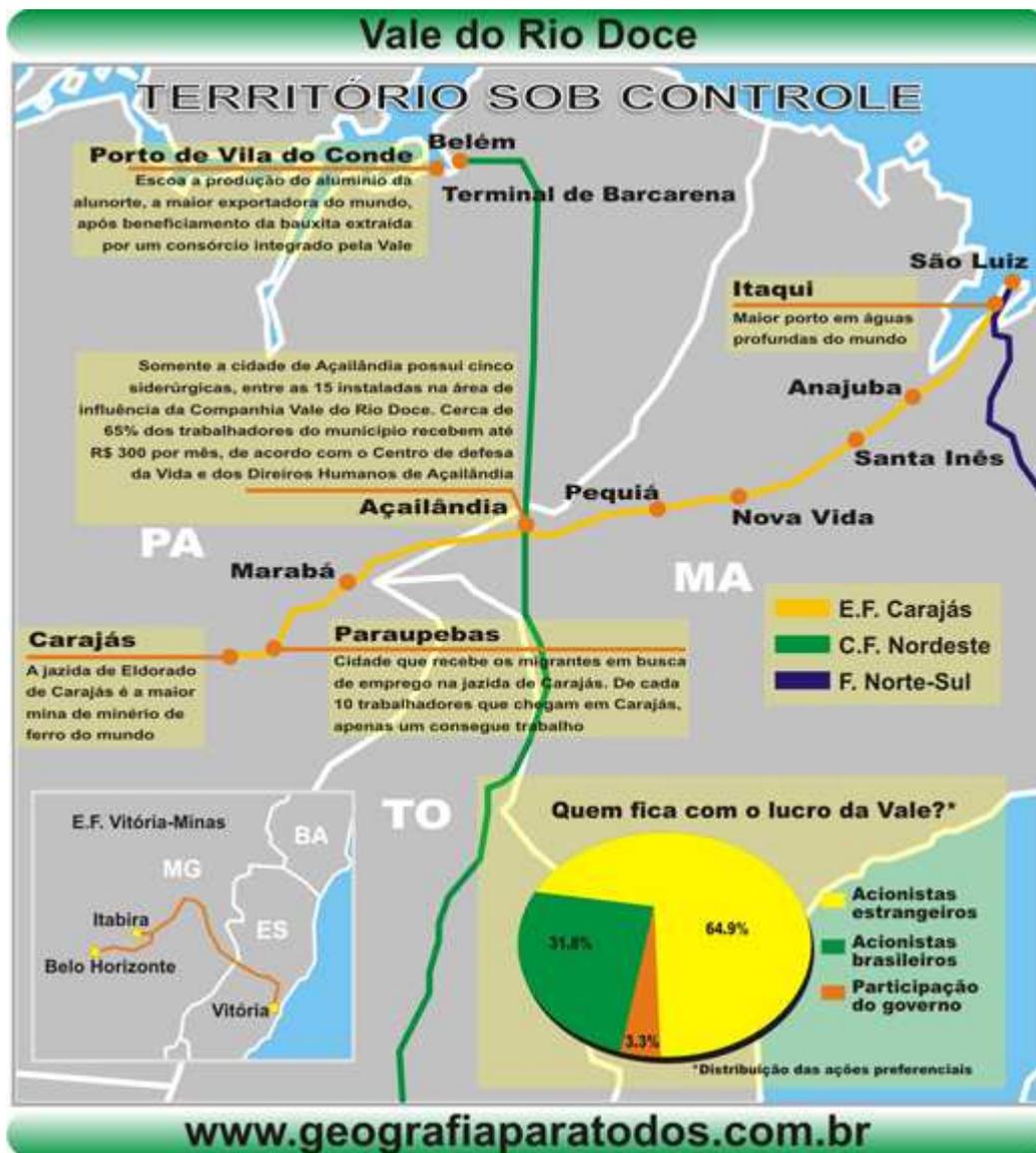


Figura 10. Mapa do Sistema Norte

Moradores que residem nos povoados próximos à Estrada de Ferro Carajás expressam as dificuldades enfrentadas. A ferrovia cortou as estradas, o tráfego dos trens é intenso, a travessia tornou-se perigosa.

A situação da população de Pequiá de Baixo tornou-se muito difícil devido ao conjunto de problemas que passou vivenciar em decorrência, em grande medida, da expansão da região.

As questões envolvendo esta comunidade e as empresas que se encontram aí instaladas foram registrados nos documentários *Pequiá: conflito com as*

siderúrgicas O lucro vai a sujeira fica; Pequiá: Reconstruindo um sonho, os quais apresentam as dificuldades, conflitos e lutas de uma comunidade em busca da qualidade de vida: saúde, moradia, educação, lazer, enfim, dos direitos humanos.

Em Açailândia, como em outras regiões do Maranhão (Arari, Alto Alegre do Pindaré, Bacadeira, Bom Jesus das Selvas, Rosário, São Luís e São Pedro da Água) os projetos *Vale Alfabetizar* e *Escola que Vale* são desenvolvidos. O desafio do programa *Vale Alfabetizar*, segundo informa o site, é o resultado do compromisso da empresa em contribuir para a redução do analfabetismo nos municípios em que atua. Também este programa conta com parcerias com destaque para a ONG Alfabetizar Solidária (Alfasol), secretarias de Educação e instituições de Ensino Superior. Em 2008, 16.631 alunos concluíram o programa. Outra frente de atuação deste programa é o Projeto Ver, que promoveu a doação de óculos para 14.982 estudantes dentro de seu objetivo de solucionar, conforme declara em seu site, problemas de deficiência visual que dificultam o aprendizado.

4.5.1 **Pequiá de Baixo: “reconstruindo um sonho”**

Pequiá localiza-se no Maranhão próximo ao município de Açailândia. Segundo dados do vídeo, 300 famílias moram aí há 30 anos, cercadas por cinco siderúrgicas, um britador, o pátio de descarga da Vale, a estrada de ferro e a BR-222.

As difíceis e insalubres condições de vida e trabalho da população desta comunidade são retratadas no filme.

“Muita gente sente a coceira na pele quando toma banho aí, viu . . . mesmo as roupas (sic) que é lavada aí ela num fica uma roupa (sic) limpa . . . ela fica . . . contém um produto que ele bota aí, a gente sente na pele que prejudica a pele da gente”¹²⁴ (Entrevistado A).

124) *O lucro vai, a sujeira fica*
http://www.youtube.com/watch?v=m4AWbWkrhtk&feature=player_embedded,

Uma das atividades presentes nesta localidade é a operação do britador. Durante o processamento dos materiais minerais, levanta uma grande quantidade de pó, que se mistura no ar que todos acabam por respirar. Diante dessa situação um morador da região fala:

“sem saúde como é que você trabalha? Se não tiver saúde, se não tiver condição de trabalho?”¹²⁵ (Entrevistado B).

Uma senhora (Entrevistado C), moradora da região, relata quando foi para a região e de como era:

“Cheguei aqui no dia 31 de maio de 81, aqui era uma fazenda e só tinha gado aqui dentro. Era uma vida tranqüila, a gente trabalhava a gente não tinha esse sofrimento que a gente tem hoje não.” [E prossegue explicando como a situação mudou] O fazendeiro falou que foi vendido isso aqui para o pessoal que vinha trabalhar aqui . . . botar uma empresa aqui, só que nós num conhecia, nós (sic) nem sabia o que era mesmo né. . .”¹²⁶

Antes das instalações das empresas, a paisagem da região era outra, com farta vegetação nativa, conforme informa um morador:

“Aqui em 75 aqui tinha muito açazal, aqui era açazal direto. Em 70 quando nos atravessava aqui era derrubando os açazal pra pisa em cima do . . . do . . . pantanal que tinha aí né. Passava por cima e travessava por outro lado, não tinha estrada aqui não” (Entrevistado D).¹²⁷

São 14 alto-fornos das siderúrgicas trabalhando 24 horas por dia, queimando carvão vegetal para a produção de ferro gusa e utilizando a água do rio para o resfriamento.

125) Pequiá: conflito com as siderúrgicas,
http://www.youtube.com/watch?v=EbyEPcC_LRI&feature=player_embedded,

126) Pequiá: conflito com as siderúrgicas,
http://www.youtube.com/watch?v=EbyEPcC_LRI&feature=player_embedded,

127) Pequiá: conflito com as siderúrgicas,
http://www.youtube.com/watch?v=EbyEPcC_LRI&feature=player_embedded,

*“Tinha água, bebia, banhava, lavava roupa, hoje não presta pra nada, é toda poluída, todo resíduo desses minérios que desce aí . . . escorria aí do britador, caí tudo aí dentro . . .”*¹²⁸ (Depoimento E).

*“Isso ali é a escorria do ferro, (mostra um jovem homem apontando para o local onde ela é depositada), a escorria do ferro que eles colocam aí e aí ta se alastrando né. . . ta descendo e com o correr do tempo ela vai encher ali até chegar aí mesmo próximo das casas. . . e ali é a munha [. . .] e ele é um munha solta, ela não tem água que dê conta de apagar a poeira e quando o vento começa a sopra ela começa avançar aí pra baixo [. . .]”*¹²⁹ (Depoimento F).

A Associação de Moradores do Pequiá, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia e a Paróquia São João Batista, desde 2008 vêm acompanhando e assessorando as 300 famílias de Pequiá de Baixo na luta pela transposição do povoado para outro lugar, luta pela condição de viver com saúde, moradia, com qualidade de vida.

Os moradores relembram o sonho quando chegaram na região:

*“o sonho nosso era nós (sic) construir uma família num lugar sossegado porque, quando nós chegamos pra cá, aqui era um lugar que tinha muita mata, era bom pra se trabalhar, a gente vivia assim uma vida sossegada tinha muita fartura”*¹³⁰ (Justo Alencar da Silva).

*“meu sonho . . . era que fosse até hoje a vida que nós começamos com muita mata, muita água né. . . era a vida nossa e nós queria (sic) que continuasse, que nossos filhos fossem criados naquela riqueza”*¹³¹ (Francisca de Jesus Silva).

“aqui no Pequiá a gente vive debaixo de poluição. A muitos anos atrás, eu já vivo aqui há 28 anos, antes quando eu cheguei não tinha essa poluição e hoje tem muita poluição. A gente precisa de um lugar digno pra gente viver com saúde, educação e lazer. . . um lugar digno de se viver é . . . é. . . com as famílias da gente que vive distante da poluição (sic), e também a gente sofre aqui problema de garganta, câncer de pele e isso tudo vem acontecendo aqui depois

128) Pequiá: conflito com as siderúrgicas,
http://www.youtube.com/watch?v=EbyEPcC_LRI&feature=player_embedded,

129) Pequiá: conflito com as siderúrgicas,
http://www.youtube.com/watch?v=EbyEPcC_LRI&feature=player_embedded,

130) Pequiá: Reconstruindo um sonho
http://www.youtube.com/watch?v=1_w2y4zicWU&feature=player_embedded,

131) Pequiá: Reconstruindo um sonho
http://www.youtube.com/watch?v=1_w2y4zicWU&feature=player_embedded,

*que as siderúrgicas chegaram aqui por causa dos produtos químicos que sai dos alto fornos*¹³² (Maria Isabel Souza da Silva).

Diante da luta desta comunidade Maria Trindade afirma:

*“a história de um povo nos ensina que o sonho nunca termina, apesar de todo fracasso a luta continua.”*¹³³

Diante da organização da população atingida, iniciou-se o encaminhamento da transposição das famílias por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta¹³⁴ que contou com a articulação do Promotor da Justiça de Açailândia.

No desenrolar das negociações, em julho de 2009, ocorreu uma audiência pública na Igreja São José de Pequiá de Baixo, com a presença de 200 moradores, bem como dos Promotores de Justiça, do Procurador do Município e do Secretário de Meio Ambiente. Fruto desta iniciativa e do movimento da comunidade envolvida, em agosto aconteceu a primeira reunião oficial convocada pelo Ministério Público, com a presença de vários segmentos interessados: Ministério Público, o Prefeito de Açailândia, o Secretário de Meio Ambiente, o Presidente da Câmara dos Vereadores e vários deles, o presidente da OAB, o presidente da Gusa Nordeste S/A representando o SIFEMA – Sindicato do Ferro de Açailândia a Paróquia São João Batista -, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos e a Associação de Moradores de Pequiá. Uma das questões levantadas foi que “a partir do próximo encontro de conjunto também a Vale fosse envolvida na

132) *Pequiá: Reconstruindo um sonho*

http://www.youtube.com/watch?v=1_w2y4zicWU&feature=player_embedded,

133) *Pequiá: Reconstruindo um sonho*

http://www.youtube.com/watch?v=1_w2y4zicWU&feature=player_embedded

134) O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - é um instrumento utilizado pelos órgãos públicos, em especial pelos Ministérios Públicos (Ministérios Públicos da União - MPU, Ministério Público dos Estados - MPE) para o ajuste de condutas contrárias à lei. Desde a Constituição de 1988 o Ministério Público tem autonomia administrativa e funcional, diante do Poder Executivo, como o encargo de vigilar para que a ordem jurídica e o regime democrático sejam respeitados e de defender os interesses sociais e individuais indisponíveis, até mesmo contra entes estatais. Nestes termos, os procuradores e promotores intervêm nas causas também em que há interesses em que envolvam litígios coletivos e nas demais em que há interesse público (Simões, 2006, p. 91-97).

elaboração de estratégias para um deslocamento do povoado” (Disponível em: <http://www.cdvdhacai.org.br/?pg=noticia&id=654>, acesso em 02/12/2009).

4.6 Comunidade São José do Brumadinho/MG

São José do Brumadinho é um lugarejo¹³⁵ que se localiza no município de Barão de Cocais, na região Central de Minas Gerais. Faz parte, o município, das muitas localidades surgidas da atividade mineradora durante o século XVIII e parte do século XIX, região também denominada dos Inconfidentes, localizada a 66 km do Ouro Preto. Ainda hoje guarda um sítio arqueológico denominado Congo Soco.

No século XIX, a mina denominada Congo Soco foi comprada por ingleses e em plena região central do estado de Minas Gerais foi erguida uma vila britânica com certa infra estrutura, contando com um hospital, capela e cemitério particular. Em 1995, as ruínas de Congo Soco¹³⁶ foram tombadas pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico.

Outros municípios importantes da época do ciclo do ouro Caeté, Catas Altas, Santa Barbara, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo fazem limites com Barão de Cocais (vide mapa abaixo) e compõem também o denominado quadrilátero ferrífero¹³⁷. Outro aspecto não menos importante desta região é se constituir no circuito denominado “Passos de Aleijadinho”. São

135) Cocais tem vários povoados: Egas, Boa Vista, Socorro, Gongo Soco, Tambor, Brumadinho, Carapuça, Palmital, Três Porteiros, Córrego do Inhamê, Pedra Vermelha, Córrego da Onça, dentre outros (IBGE,).

136) Gongo Soco, local onde se encontram as ruínas do Palácio do Barão de Catas Altas e do Arco do Triunfo por onde passaram os Imperadores D. Pedro I, em 1831 e D. Pedro II, em 1881, é um testemunho de um dos ciclos mais marcantes na economia nacional, o ciclo do ouro. O sítio tem sua história iniciada em 1745, quando o cavouqueiro Bittencourt encontrou ouro nos cursos d água que cortam a região. No final do século passado, foi adquirido pôr João Batista Ferreira e em 1825, a mina foi comprada pôr ingleses da Cornuália, que operaram entre 1826 a 1856, criando ali um florescente povoado britânico tropical, com hospital, capela e cemitério particular. Ficou paralisada durante muito tempo e em 1986, foi adquirida pela Mineração Socoimex sendo, hoje, resguardado o acervo ambiental e histórico da região pela Mineradora MR.

137) Constitui-se o quadrilátero ferrífero um conjunto de municípios na região geográfica central de Minas Gerais que possui as maiores reservas de minério em todo Brasil.

idades que possuem obras, projetos de Antônio Francisco Lisboa, fazendo parte do conjunto arquitetônico do barroco mineiro. Em Barão de Cocais encontra-se na Matriz de São João Batista o projeto da fachada da Igreja, as torres, como na portaria foi construído um nicho para receber a imagem do Santo também de autoria do artista barroco.

Outra característica desta região é fazer parte de importante área da Mata Atlântica e Cerrado, com presença de campos rupestres, com sítio arqueológico da Pedra Pintada na Serra da Conceição a 4 Km de Barão de Cocais. A Serra do Tamanduá, que também aí está, é uma região considerada pelo Atlas da Biodiversidade brasileiro como de importância ambiental e biológica pelo estado.

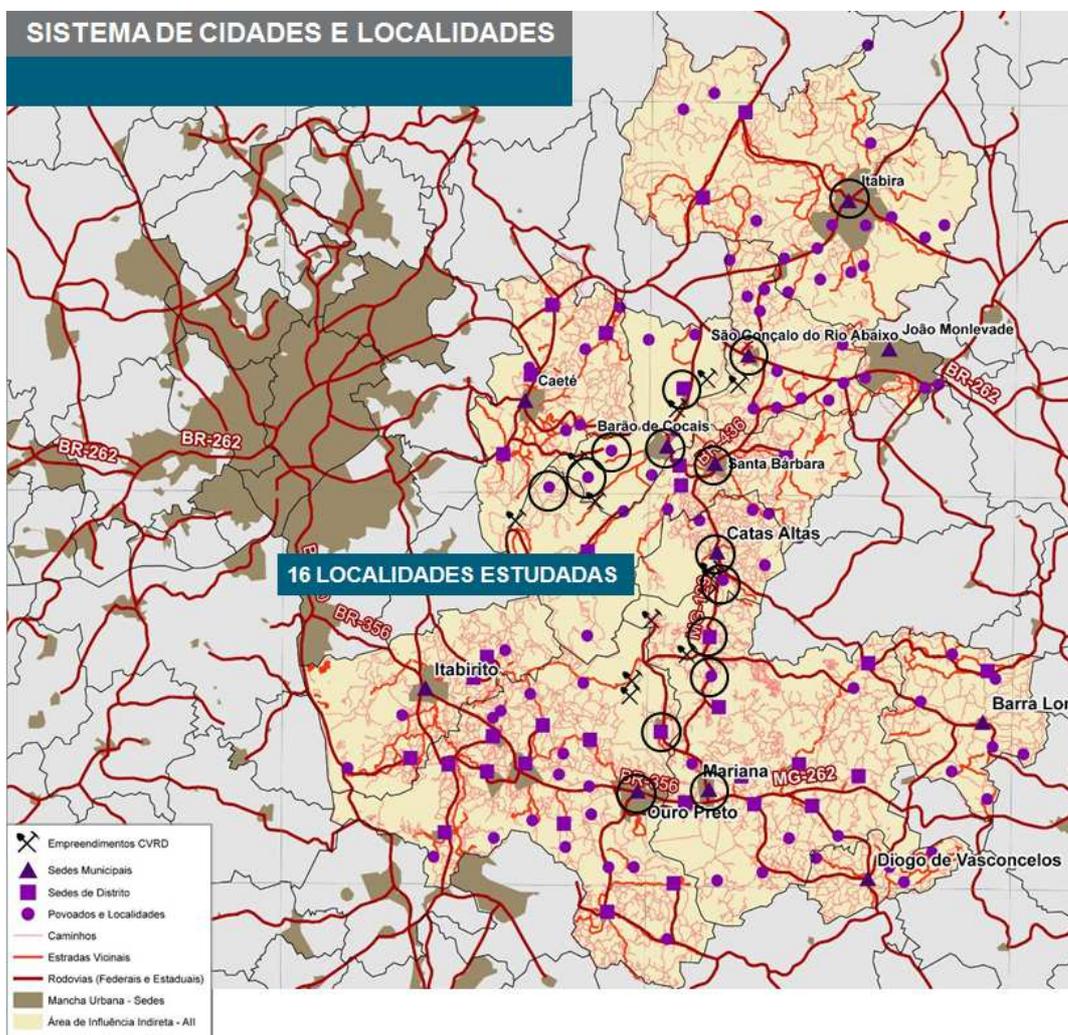


Figura 11. Mapa dos Empreendimentos da CVRD Na Região Central de Minas Gerais.

A atividade de extração de minerais metálicos é intensa nesta vasta área com muitas empresas aí instaladas e, conforme se observa na Figura 4. A Mina de Brucutu aí localizada é considerada a maior mina de ferro do mundo em capacidade inicial de produção. Esta mina pertence a Vale e está localizada no extremo sudoeste do município de São Gonçalo do Rio Abaixo, cerca de 10 km, e também próxima aos municípios de Barão de Cocais e Santa Bárbara.

A Mina de Brucutu¹³⁸ tem capacidade de 30 milhões de toneladas por ano, geração de 2500 empregos, e também 2,8 milhões de investimentos, como também investe em responsabilidade social. Está prevista a construção de uma barragem, pela mineradora, que cobrirá a vertente norte desta região com os rejeitos da Mina de Brucutu.

De acordo com o vídeo *Quanto Vale a Nossa Fé*, são 980 hectares da região que serão cobertos com a construção da barragem, atividade licenciada pelo governo estadual e onde se encontra: matas nativas, sítios paleontológicos, pinturas rupestres em seu entorno e quatro ribeirões.

Além das riquezas naturais, São José do Brumadinho é um local de peregrinação e de fé na Velha Igreja. Contam os moradores que o local se tornou sagrado há mais de cem anos, e que data de duzentos anos a história da sua origem. São José atendeu ao pedido do escravo Carapina que foi atingido por uma braúna derrubada. A devoção consagrou São José do Brumadinho na Igreja Velha, local da caminhada pela fé.

O conflito que se instalou nesta comunidade se deve ao fato de verem eliminar tradições culturais e religiosas seculares, o que significa dizer a identidade de um povoado.

Como declara Sérgio Diniz, São José do Brumadinho celebra há mais de 200 anos o milagre,

Sou neto de um dos que participava aqui há muito tempo . . . meu avó, avó dos dois lados, o avó da esposa também, a gente já participa há muitos anos. Ficamos sabendo há pouco tempo da implantação da barragem uns 3 a 4 anos que ficamos sabendo de verdade o que ia acontecer e tamo (sic) aí trabalhando pra ver se não acontece isso. A nossa pega aqui é a nossa religiosidade . . . conta a história desse lugar aqui né, esse lugar na verdade eles celebram aqui há mais de 200 anos quando a igreja era lá embaixo foi

138) Mina de Brucutu, Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=mupK8U5dpBo&NR=1>, acesso em 15 de dezembro de 2009.

*demolida . . . Então conta que o início dessa caminhada aqui foi com um milagre que aconteceu aqui, aquelas pessoas que tem o registro da história tem isso registrado. Aconteceu esse milagre a partir dessa celebração, mas eu acho que o grande milagre que acontece aqui é isso que ocês tão vendo ai é um monte de pessoas buscando à Deus nesse lugar, o grande milagre desse lugar é essa a religiosidade desse povo e é isso que a gente não pode perder [. . .] e isso a gente não consegue transferir e se a gente perder isso não tem preço”.*¹³⁹

Outra moradora do povoado, Dona Juventina em seu depoimento narra a conversa que teve com representantes da companhia e diz

*“ocês(sic) tem que trazer o dono dessa empresa que ocês (sic) não são dono aí eles falaram assim não, não lá não tem dono não, ela é de qualquer um [. . .] eu quero o que a lei permiti e to (sic) para o que der e vier.”*¹⁴⁰

Dona Maria da Piedade fala da necessidade de todos darem as mãos para lutarem para preservar a região

*“a gente é que conhece que tem aí, olha pro cê vê só (sic) que maravilha [. . .] esse vale abençoado aqui se nos deixar, daqui uns dia eles vêm aqui destroem tudo, depois eles ficam muito rico, param com negócio [. . .] as famílias ficam sem emprego e a gente sem as belezas que papai do céu fez pra nós.”*¹⁴¹

A população, quando recebeu o Projeto de Brucutu, não foi informada, segundo o vídeo, da Barragem Norte, com estudos de impacto ambiental independentes daqueles das atividades da mina.

Os vídeos *Conceição: guarde nos olhos . . .*, *Brasil 2020: I'M IN: TÔ DENTRO*, e *Os Pêssegos da Cornicha* destacam os problemas sócio-ambientais que estão ocorrendo em Minas Gerais a partir das autorizações concedidas pelo governo estadual às muitas atividades mineradoras. Os documentários tratam da degradação ambiental, social e humana, que se inicia com a implantação do complexo minerário de grande porte e mineroduto, na região de Conceição do Mato Dentro, Serra do Espinhaço, considerada o coração de Minas Gerais. *Os Pêssegos da Cornicha*, documentário de curta metragem, aborda os impactos sociais e ambientais que o projeto Apolo, com localização na Serra da Gandarela,

139) *Quanto Vale a Nossa Fé* <http://www.youtube.com/watch?v=tU0HH7fW2zk>

140) *Quanto Vale a Nossa Fé* <http://www.youtube.com/watch?v=tU0HH7fW2zk>

141) *Quanto Vale a Nossa Fé* <http://www.youtube.com/watch?v=tU0HH7fW2zk>

entre os municípios de Caeté, Santa Bárbara e Rio Acima próximos a Belo Horizonte, poderá trazer a essas localidades. Trata mais especificadamente da comunidade André do Mato Dentro e corrobora com as questões presentes na questão de São José do Brumadinho.

Destaca-se, uma das atuações sociais da empresa, nesta região, o Programa Trem da Vale. Com este programa, conforme já mencionamos no capítulo 3, a empresa busca o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural e natural das comunidades envolvidas, sob a perspectiva de sua apropriação e preservação. Desenvolve programas educativos e culturais desenhados para se contrapor ao processo contemporâneo de desenraizamento social e promover ações consistentes de inclusão social e cultural.

Outra intervenção, na região, dentro da proposta da Fundação Vale de atuar para o desenvolvimento dos territórios onde está presente, foi elaborado Diagnóstico Integrado em Socioeconomia - Minas DIFS/DIFL, de Agosto 2009. Trata-se de um documento disponibilizado para a sociedade civil e poder público, fruto de um amplo estudo sobre a região de Ouro Preto e Mariana, com vista a contribuir para a ampliação do potencial transformador deste território.

4.7

Unidade de diversidades

Buscando identificar, nesta fase da atuação social que denominamos “**gerenciando o social**”, os processos contraditórios que a permeiam e que expressam a complexidade da atual manifestação das múltiplas expressões da questão social, a análise dos materiais identificados foi orientada por um roteiro, com “unidades de sentido”, conforme já destacado, e que passamos a apresentar.

Os conflitos identificados localizam-se, todos, em regiões em que se encontra o longo e complexo sistema produtivo norte e sul da Vale e que também, nestas regiões, estão presentes atuações sociais - programas e projetos sociais - desenvolvidas pela empresa.

Um elemento presente e importante para uma empresa que é considerada socialmente responsável é a visibilidade de suas intervenções sociais. Estratégias, setores exclusivos dentro das empresas são criados para se dedicarem à divulgação das ações, dos resultados obtidos com a realização das ações socialmente responsáveis. A Vale criou a Fundação Vale encarregada de administrar as intervenções sociais da empresa. Uma das estratégias usadas pelas empresas socialmente responsáveis é o uso de amplos e diferentes recursos de divulgação dos resultados de suas intervenções sociais. O Balanço Social da empresa é ponto alto da divulgação de suas ações sociais. A Vale, como outras empresas inscritas como socialmente responsáveis, desenvolve também seu balanço social. Ele demonstra anualmente o quanto e como uma empresa desempenha seu papel no plano social em relação aos seus funcionários, seus fornecedores, a comunidade do em torno, enfim como a empresa se posiciona na sociedade. Um conjunto de indicadores é analisado: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio e desenvolvimento a projetos comunitários que buscam erradicar a pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho, conforme destacamos no capítulo anterior. Atualmente, os instrumentos de avaliação da responsabilidade social empresarial geram impacto no valor das ações das empresas. O reconhecimento de uma empresa como socialmente responsável pelos organismos que avaliam as intervenções sociais e validam o seu papel social tornou-se fundamental no mundo dos negócios. Observou-se a grande importância e atenção que a empresa dá a sua intervenção social, haja vista a diversidade de programas e projetos. Praticamente em todos os lugares em que ela está presente há também ações sociais.

Outro aspecto verificado no estudo foi que, em todas as áreas de conflitos identificadas - Jambuaçu, Barcarena, Ourilândia, Tucumã, Açailândia, Resplendor, Brumadinho -, a empresa tem interesse econômico. Nelas, a Vale desenvolve algum tipo de atividade produtiva - mineração, beneficiamento, transporte, estocagem -, e, portanto, são vitais para o seu processo produtivo.

Em todas as áreas, encontramos a atuação social da empresa desenvolvendo programas e projetos dentro de seu compromisso com a responsabilidade social. Pudemos identificar que notadamente os quilombolas,

Xikrins e Krenak são beneficiados pela atuação social da empresa, mas ainda sim os mesmos se declaram prejudicados e ressentem de uma atuação mais efetiva, como no caso dos quilombolas e Xikrins. Os Krenak vêm recebendo apoio da empresa com os projetos e recursos financeiros, repassados a partir do acordo firmado após o conflito de 2005.

A origem dos conflitos está relacionada a situações em que os sujeitos envolvidos se sentem atingidos ou prejudicados pelas atividades produtivas e operacionais da empresa ao longo de seu sistema intermodal – mina/ferrovia/porto -, e/ou por algum acordo pactuado entre aqueles sujeitos e a empresa, que em alguma medida foi quebrado.

Ainda que sejam diferentes as situações de conflitos apresentadas, em que cada uma guarda as suas singularidades, todas mantêm certa unidade de manifestação. Os sujeitos envolvidos relatam que têm suas terras cortadas pela atividade de transporte dos produtos da mineração. As terras da comunidade Xikrins são atingidas tanto pelo transporte de cargas feito pela ferrovia, como pela circulação de caminhões nas estradas que foram abertas para escoar a extração dos minerais. Situação similar é vivenciada pela comunidade quilombola de Jambuaçu: suas terras são áreas de extração de bauxita e caulim, riquezas minerais fundamentais para as atividades da empresa. Nas terras Krenak, a ferrovia Vitória-Minas não somente transporta produtos, como também é utilizada, diariamente, pela população da região como meio de transporte. Ao que parece, dentre os conflitos identificados, a comunidade de Pequiá de Baixo, apresenta uma intensa presença de conflitos socioambiental e territorial, devido a concentração de siderurgias que processam as riquezas extraídas dos diferentes territórios e por ser um local de passagem da produção rumo aos portos.

No processo de beneficiamento dos minerais, os resíduos que são produzidos contaminam as águas, as terras, o ar, como no caso das comunidades de Barcarena, Açailândia, Jambuaçu, São José do Brumadinho, assentamentos de Onça Puma, Xikrins e Krenak. São comunidades que, diante da expansão das atividades da empresa, tiveram suas condições de vida e/ou de trabalho alteradas, sentindo-se prejudicados e excluídos dos benefícios que o progresso anunciado com a chegada da empresa.

Os conflitos identificados são, portanto, de ordem territorial e socioambiental, e vão ao encontro das análises de Pereira (2008). O conflito de ordem territorial encontra-se localizado nas diferentes perspectivas das comunidades envolvidas e a empresa, quanto aos recursos naturais disponíveis e necessários para as atividades produtivas destas, e, para aquelas comunidades, como espaço de existência, de vida, moradia e território. Para um, a localidade é considerada possuidora das grandes possibilidades de fonte de riqueza a serem explorada, e, para “os outros”, a condição de sua sobrevivência. Quanto ao conflito socioambiental, notadamente quanto ao aspecto da extração e beneficiamento dos recursos naturais, que exige uma série de processos de produção que impactam e degradam o meio ambiente, as comunidades atingidas se vêm perdendo a possibilidade de ter as condições adequadas de viver segundo as suas tradições. É o caso, especialmente, das comunidades indígenas – Xikrins e Krenak -, quilombolas e de São José do Brumadinho.

Os conflitos e os problemas sociais decorrentes da relação capital x trabalho agora se expandiram. Comunidades, como as de Jambuaçu e Barcarena, até então “livres” dos mecanismos da compra e venda de mercadorias, da lógica do mercado, passaram a ser atingidas em seu modo de vida e trabalho. Emblemático foi o depoimento moradora Martinha, da Comunidade Boa Vista/Barcarena (vídeo *A Busca pelo controle social das empresas em Barcarena/Pará*), em que declara que não sabia o que era comprar comida, pois tudo vinha das caças e do mato. Ao mesmo tempo, a população dessas comunidades está despreparada para enfrentar as novas exigências determinadas pelo capital. Conceição, da Comunidade do Curuperê/Barcarena (vídeo *A Busca pelo controle social das empresas em Barcarena/Pará*), informou que a juventude e os adultos daquela região não têm empregos, pois não possuem curso profissionalizante; portanto, não estão preparados, não têm qualificação profissional necessária e exigida para ocupar os postos de emprego das empresas lá instaladas.

Diante deste quadro, concluímos, tal como assevera Iamamoto (2007), que a questão social é redimensionada na cena contemporânea, no atual contexto em que o capital financeiro assume o comando e o universo do trabalho é obscurecido, ao mesmo tempo em que experimenta a radicalização dos processos

de exploração e expropriação. Já não existe trabalho para todos, e aquelas populações, que até os anos oitenta, no caso das comunidades citadas, ainda viviam sem o domínio da lógica capitalista, são atingidos pela expansão do capital sobre os seus territórios, acrescida pelas novas configurações do processo produtivo que requer uma força de trabalho qualificada. Se, anteriormente, nas atividades da empresa, era preciso um grande número de trabalhadores -, “era no muque” que se extraia a riqueza -, agora não mais. Novos processos de trabalho foram introduzidos, novas técnicas são utilizadas, demandando habilidade na operação dos instrumentais. Para esta população, poucas possibilidades de emprego se vislumbram diante deste quadro, sem grandes possibilidades de acesso “ao círculo da civilização, isto é, aos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias” (Iamamoto, 2007, p.123).

Esta situação pode ser exemplificada no depoimento de Maria Isabel, moradora da região de Açailândia, (vídeo *Pequiá: conflito com as siderúrgicas*), cercada por cinco siderúrgicas, um britador, o pátio de descarga da Vale, a estrada de ferro e a BR 222: “aqui no Pequiá a gente vive debaixo de poluição. A muitos anos atrás, eu já vivo aqui há 28 anos, antes quando eu cheguei não tinha essa poluição e hoje tem muita poluição.” Os sujeitos atingidos por uma ou mais de uma atividade produtiva da empresa, ainda que não fazendo parte de sua força de trabalho direta ou indireta, acabam por sofrerem os rebatimentos daquelas relações de produção, “aprisionados” pelas relações sociais que as sustentam e que potencia as contradições sociais.

A atuação social empresarial, na contemporaneidade, incorpora elementos da justiça social preconizados na letra constitucional e afinados com os direitos sociais, como assevera Garcia (2004). A empresa escolhida para este estudo se autodeclara socialmente responsável, tem um “braço social” que se dedica especialmente a esta questão. Mas, ao que se pode observar, os muitos programas, projetos e ações desenvolvidos pela empresa, e presentes nas regiões em que se estudou os conflitos, na maioria dos casos, não conseguiram, até o momento, atender às necessidades reclamadas por essas comunidades. Elas se sentem prejudicadas em seus direitos de cidadania pela empresa, instalando-se o conflito na medida que passaram a exigir os seus direitos.

Há que se ressaltar que alguns dos programas e projetos a empresa os desenvolvem em parceria com o poder público, dentro das configurações definidas pela reforma do Estado quanto às atividades não-exclusivas, buscando um Estado mais eficiente e eficaz no trato também das questões sociais. Estas situações vêm sendo tratadas e embaçadas pelos dilemas da eficácia da gestão social, apoiada na ideologia neoliberal que circunscreve estes sujeitos dentro dos chamados processos *de exclusão social e integração social*. Os problemas sociais são, antes, questão de gerenciamento. Nesta perspectiva, permanecem invisíveis os fios que tecem e entretecem as relações sociais que (re) produzem a questão social, o “social”, as múltiplas expressões da questão social: a falta de emprego, a água contaminada, o ar poluído, a falta de alimento, a falta de estudos, ausência de qualificação profissional, etc.

Os sujeitos envolvidos nestes conflitos são homens e mulheres que, ainda que permaneçam em grande parte *invisíveis* aos olhos de consideráveis frações de classe da sociedade brasileira, tiveram os seus direitos de cidadania reconhecidos. “A Constituição de 1988 tornou universais os direitos sociais, sob a investida do princípio da igualdade, ao mesmo tempo em que atribuiu caráter social ao valor da dignidade” (Simões, 2007, p.81).

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, CF, 1988).

Os direitos sociais, também denominados de *segunda geração de direitos*¹⁴², foram inseridos no âmbito dos direitos e garantias fundamentais, ao lado dos direitos individuais e coletivos. E não somente foram ampliados, como também o foram os mecanismos que asseguram sua promoção efetiva, bem como a criação de estratégias de controle com a possibilidade da participação dos usuários, da comunidade, buscando a igualdade real.

142) Cumprir destacar que, segundo Bonavides (2006, p. 571), o mais adequado seria utilizar a terminologia “dimensão dos direitos”, ao invés de “geração de direitos”, visto sugerir este último a sucessão cronológica de etapas, “como se se tratasse de um processo evolutivo de caducidade” dos direitos anteriores. Para Bonavides (2006), o surgimento de novos direitos se inscreve no processo de progressiva acumulação de valores que, em seu conjunto, se constituem e se complementam em seu significado jurídico.

No plano dos direitos sociais, prevalecem o princípio da equidade, em que o Estado deve promover a “discriminação legal entre os cidadãos”, segundo suas condições sociais (Simões, 2007, p.77). A Constituição Brasileira acompanhou a *progressiva acumulação de valores*, o fortalecimento e a universalização dos princípios democráticos, passando a formular uma *terceira geração de direitos*, de alto teor humanístico e de universalidade. Inicialmente, esses direitos foram defendidos pelos movimentos sociais que lutavam pelo fim dos crimes contra a humanidade, pelo direito à paz, pela autodeterminação dos povos e por um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (Simões, 2007, p.80).

Desses movimentos, resultou o reconhecimento pelo Estado da legitimidade das reivindicações dos *direitos coletivos e difusos*. O fundamento dessa institucionalidade é o ideal de fraternidade e solidariedade social, sob a concepção de que parcelas da sociedade (grupos, categorias, comunidades) têm direitos, enquanto tais, que não se confundem com os dos indivíduos que as integram. São os direitos de proteção da própria sociedade, como os em defesa do meio ambiente, do consumidor, da infância e juventude e outros (Simões, 2007).

Ao longo dos anos noventa, legislações específicas foram criadas garantindo, ampliando, operacionalizando e viabilizando os acessos aos direitos sociais a todos os cidadãos. São os quilombolas, as crianças e adolescentes, os idosos, os deficientes, homens e mulheres que até quase o final do século XX estavam sem qualquer cobertura dos riscos sociais. Por outro lado, não raras vezes, esses sujeitos sociais não obtiveram por parte da lei o imediato amparo previsto. Muitos direitos têm sido efetivamente conquistados mediante a intervenção de movimentos sociais, ONGs e de muitas lutas. Destaca-se a conjuntura econômica e política internacional à época da promulgação da Constituição, e, na década seguinte, a adoção pelo Brasil das medidas neoliberalizantes. Foram tempos da “contra-reforma” do Estado.

Ainda segundo Simões (2007), no quadro da atual internacionalização econômica e dos conflitos, entre os interesses nacionais e dos grandes conglomerados econômicos, vem gerando a formulação de direitos que assegurem às populações a garantia efetiva de procedimentos éticos e democráticos, de sua participação nas decisões governamentais, da divulgação das informações de interesse social, da transparência das decisões, do pluralismo político, da

diversidade dos grupos sociais e da soberania das nações. Esses direitos, como, por exemplo, o da instituição dos conselhos, vêm sendo denominados de *quarta geração*, em decorrência da crise dos direitos sociais, promovida pela concepção neoliberal como ordem política adequada aos interesses da globalização. São direitos de *quarta geração* o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo (Bonavides apud Simões 2007, p. 81).

Caminhando nesta direção, foram criadas leis como: *Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988*, tornando os remanescentes quilombolas em categoria a ser protegida e reconhecendo, aos quilombolas que estejam ocupando terras suas, o Estado emitilhes os respectivos títulos de propriedade; o *Decreto 99.274/90*, dispondo sobre os critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental; *Resolução Conama 237/97*, que estabelece lista de atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, procedimentos, prazos de validade, definições sobre licenciamentos. No âmbito das legislações ambientais, vem ganhando espaço dentro da perspectiva de responsabilidade social da empresa o *passivo ambiental*¹⁴³. Ele representa os danos causados ao meio ambiente, representando a responsabilidade social da empresa com aspectos ambientais. As atividades econômicas e seus efeitos sobre o meio ambiente são objetos de legislações específicas, disciplinadoras de procedimentos tecnológicos e operacionais capazes de eliminar ou reduzir poluentes, como também das obrigações quanto à restauração de danos ao ambiente.

Recursos a instrumentos legais, como o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC -, mencionado anteriormente, têm tido uma grande importância na luta para assegurar os direitos de coletividades. Segundo Araújo (2007), introduzido pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei 8.069/90), o termo de ajustamento, dotado de eficácia de título executivo extrajudicial, foi posteriormente inserido no § 6º do art. 5º da Lei da Ação Civil Pública, por força do art. 113 do CDC, que dispõe que os órgãos públicos legitimados podem,

143) Em termos contábeis, passivo vem a ser as obrigações das empresas com terceiros, sendo que tais obrigações, mesmo sem uma cobrança formal ou legal, devem ser reconhecidas. O *passivo ambiental* vem se incorporando como um instrumento de gestão (Kraemer, 2008)

mediante cominações, tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais.

Verifica-se que, nos dois conflitos envolvendo comunidades indígenas, o Termo de Ajustamento de Conduta foi firmado, e na comunidade de Pequiá de Baixo há indícios de que a resolução do conflito caminha também nesse sentido.

A presença e participação de mediadores - ONGs, movimentos sociais, Ministério Público, Defensoria Pública, as Igrejas, as universidades etc – no cenário dos conflitos, e solidários à causa dos sujeitos envolvidos, é outro dado comum nas situações estudadas. Muitos desses mediadores desenvolvem atividades junto a estas populações, visando ao assessoramento, à organização de suas lutas, verificando-se que são fundamentais neste processo. Em todos os conflitos identificados, temos a presença e a participação de um ou mais organismos e entidades, como: FASE, MP, CIMI, CPT, MST, Fetagri, Iterpa, UFPA, Cedenpa, Arqmo, dentre outras.

Correlato a este ponto, da presença e participação de mediadores nos conflitos, é a possibilidade de uma maior visibilidade dos conflitos com a produção de vídeos, também realizada por alguns desses mediadores, e disponibilizados à exibição gratuita. Na luta pela conquista dos direitos sociais, assegurados na Constituição de 88, a utilização deste novo recurso de divulgação é uma grande novidade: o *You Tube*.

Hoje, com o direito à informação e à democracia, aliado ao avanço das novas tecnologias de comunicação, como o caso do *You Tube*, novas possibilidades de luta e construção de espaços democráticos surgem para uma população muitas vezes invisível para o conjunto da sociedade. Grande parte destes sujeitos em cena, distante dos grandes centros de decisão política-econômico e “excluídos” do acesso a esta nova tecnologia, tem a possibilidade de dar visibilidade às suas lutas aos quatro cantos do mundo. Através dos vídeos disponibilizados pelo site, os homens e as mulheres dessas comunidades puderam divulgar seus problemas cotidianos (**usaram do direito à fala através do recurso do áudio**), puderam expor suas dificuldades (**mostraram os direitos que lhes são negado através do recurso visual**), puderam reclamar seus direitos, **fizeram-se sujeitos na cena de sua história** . Ainda que não sejam os produtores, os realizadores *ipsi litteri* dos vídeos, a exibição, a capacidade de

difusão de seus conteúdos pelo *You Tube* marca o caráter democratizante do site e uma nova estratégia democrática na luta pelo direito a ter direitos.

Uma das questões levantadas em nosso estudo foi que a atual atuação social empresarial, antes de ser uma intervenção “nova”, foi, ao longo do desenvolvimento industrial do país, uma prática presente por parte dos empresários. E, correlata a essa afirmação, buscamos apresentar a existência dessa prática em sua relação com conflito capital-trabalho, nas expressões da questão social em cada um dos modelos de atuação: controlando o “social”, incorporando o “social”, gerenciando o “social”.

As contradições entre a população e a presença da companhia não são novas. A cidade de Itabira já as experimentava desde a implantação da CVRD. A elite local sentia-se ameaçada e percebia a entrada da empresa como uma “invasão do espaço vinculada à sensação de perda de poder”. Expressiva são as palavras de um morador de Itabira: “ou a gente deita na linha do trem e impede que ele chegue à boca da mina, ou a gente não pode mais nada” (Minayo, 2004, 52-53). Já para a população pobre, era a possibilidade de não mais sair se aventurando para longe de seus familiares em busca de trabalho. Significava que, com a CVDR, o emprego apareceria, e emprego fixo, em uma época em que o processo de trabalho exigia um grande número de força de trabalho. Era a época da retirada do minério no “muque”. Posteriormente, com a sua estatização, os sentimentos nacionalistas acabaram dando o tom na relação entre empresa e os ainda receosos cidadãos, mesmo com a continuidade dos conflitos.

A empresa nasceu “vocacionada” para a produção e comercialização de riquezas minerais e se expandiu até a atualidade, seguindo nesta direção. A empresa cresceu, suas atividades cortaram o país de norte a sul, transformou-se em uma transnacional, extrapolou o território nacional, deixou de ser estatal e se tornou uma empresa privada. Os atuais conflitos territoriais, sociais e ambientais não podem ser compreendidos numa perspectiva monocausal. Antes, configuram-se numa realidade dinâmica e complexa que é marcada pela contradição. Mas, acreditamos, que eles expressam, em larga medida, as contradições entre a expansão da empresa - com a sua reestruturação produtiva, as suas modernas adequações tecnológicas e operacionais tão necessárias às novas determinações do

processo de acumulação e expansão do capital -, frente às exigências dos direitos de cidadania – *de terceira e quarta geração* - que vêm se consolidando no país.